



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

CENTRO DE HUMANIDADES-CH

UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA-UAHis

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

GABRIEL DE ARAÚJO FELIZARDO AVELINO

**REVISÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE O MARRANISMO A PARTIR DA  
OBRA DE ANITA NOVINSKY (1972-2021)**

Campina Grande-PB

Novembro-2023

**GABRIEL DE ARAÚJO FELIZARDO AVELINO**

**REVISÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE O MARRANISMO A PARTIR DA  
OBRA DE ANITA NOVINSKY (1972-2021)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em História do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. José Otávio Aguiar

**CAMPINA GRANDE**

**2023**

**REVISÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE O MARRANISMO A PARTIR DA  
OBRA DE ANITA NOVINSKY (1972-2021)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em História do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. José Otávio Aguiar

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. José Otávio Aguiar (PPGH-UFCG) (Orientador)

---

Prof. Dra. Regina Coelli Gomes Nascimento (PPGH-UFCG) (Banca)

---

Prof. Me. Bruno Pereira Barbosa (PPGH-UFCG) (Banca)

*Amarás, pois, o Senhor teu Deus de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todas as tuas forças. E estas palavras, que hoje te ordeno, estarão no teu coração; E as ensinarás a teus filhos e delas falarás assentado em tua casa, e andando pelo caminho, e deitando-te e levantando-te.*

***Deuteronômio 6:5-7***

*Para meu avô José Avelino da Cunha (in memoriam) pela sua vida exemplar, pelo seu caráter e conduta que me inspiraram profundamente, dedico a ele esse trabalho!*

## AGRADECIMENTOS

Ao findar mais uma etapa cheia de aprendizados não poderia esquecer de agradecer a tantos que caminharam junto comigo, me ajudaram, e me incentivaram a permanecer em pé em meio as adversidades. Primeiramente gostaria de agradecer ao Deus Eterno Todo-Poderoso invisível, mas real! A ele minha mais sincera adoração e gratidão por tudo que ele tem feito em minha vida, sem dúvidas, sem ele não estaria aqui, a ele a honra, o louvor e a glória para todo o sempre!! Soli Deo Gloria!

Ao meu pai Renato Avelino e mãe Tatiane Avelino pelo esforço, dedicação e ensinamento, por tudo que fizeram e ainda fazem em minha vida, eles são minha maior inspiração na vida e meus alicerces principais em meio as dificuldades diárias. Estendo meu agradecimento aos meus avós maternos Maria José Felizardo e José Felizardo Filho e minha avó paterna Maria do Socorro Oliveira Cunha sem eles eu não estaria aqui, tudo que sou devo a vocês! Aos meus demais familiares irmã, sobrinhos, tios, tias, primos e tantos e tantos outros que compartilham da minha alegria agradeço profundamente por tudo que são em minha vida, amo demasiadamente cada um de vocês!! Ao meu avô paterno José Avelino da Cunha (*in memorian*) pelo seu exemplo de vida que me inspirou e continua inspirando!

Aos meus amigos de curso que me ajudaram em tantos momentos na universidade que me incentivaram, me ajudaram e me motivaram mesmo nas ocasiões mais difíceis, incluo alguns como Edvaldo Junior, Letícia Silva, Walter Cavalcante, João Muniz e tantos e tantos outros amigos e irmãos que estiveram comigo nessa jornada, meu mais profundo e sincero agradecimento! Ao meu orientador José Otávio Aguiar minha gratidão pela paciência, ajuda, esforço e orientação na construção do meu trabalho, o meu muito obrigado!! Externo ainda meus agradecimentos aos demais professores e funcionários da UFCG que tive contato dentro e fora da sala de aula! Em memória da historiadora Anita Novinsky (*in memorian*), pelo seu trabalho, dedicação e exemplo para a pesquisa sobre os cristãos-novos no Brasil!

Por fim, finalizo essa jornada expressando minha gratidão ao Eterno dizendo, *Baruch Haba B'Shem Adonai*- Bendito seja o que vem em nome do Senhor!

## RESUMO

O presente trabalho tem como universo de análise o estudo do marranismo, ou cripto-judaísmo no Brasil colonial a partir da obra de Anita Novinsky e dentro dessa ótica analisar suas contribuições historiográficas para o estudo dessa temática se atendo a também trabalhar um pouco da circulação de sua obra e bem como a sua vida de destaque sendo uma grande especialista na área de Inquisição e cristãos-novos. Além disso, o foco dessa análise vai também se ater às condições de vida dos judeus depois da saída da Península Ibérica por razão da perseguição pela Inquisição católica e como a preservação dos costumes na vida privada foi de suma importância para a manutenção da fé e tradições judaicas na colônia portuguesa. Estudar isso vai também abrir nosso entendimento para a compreensão da Anita Novinsky e também de outros pesquisadores da área que se utilizaram da obra dela como ponte de partida para suas pesquisas. Nisso, o corrente trabalho analisará os contextos socioculturais dos marranos no Brasil colonial trazendo à tona a busca pela preservação dos costumes, sua resistência, e também a contribuição de Novinsky para que possamos entender o conceito do ser marrano.

**Palavras-chave:** Marranismo; Cripto-judaísmo; Cristãos-novos; Anita Novinsky; Resistência

## **ABSTRACT**

This study is focused on the study of Marranism, or crypto-Judaism in colonial Brazil, based on the work of Anita Novinsky and, from this perspective, analyzes her historiographical contributions to the study of this theme, also focusing on the circulation of her work and her prominent life as a great specialist in the area of the Inquisition and New Christians. In addition, the focus of this analysis will also be on the living conditions of the Jews after they left the Iberian Peninsula due to persecution by the Catholic Inquisition and how the preservation of their habits in private life was of fundamental importance for the maintenance of the Jewish faith and traditions in the Portuguese colony. Studying this will also open up our understanding of Anita Novinsky and other researchers in the field who have used her work as a starting point for their research. This paper will analyze the sociocultural contexts of the Marranos in colonial Brazil, bringing to light the search for the preservation of the traditions, their resistance, and also Novinsky's contribution so that we can understand the concept of being a Marrano.

**Key-words:** Marranism; Crypto-judaism; New christians; Anita Novinsky; Resistance

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Sinagoga localizada na cidade de Córdoba na Espanha local onde Maimônides nasceu.....	32
Figura 2- Pintura denominada “Expulsão dos judeus da Espanha” (1889) de Emilio Sala.....	38
Figura 3- A roupa de saco o “sambenito” .....	42
Figura 4- Mapa mostrando as migrações sefaraditas após a expulsão da Península Ibérica.....	45
Figura 5- Foto da placa que indica onde ficava a antiga Rua dos Judeus em Recife.....	50
Figura 6- Foto da primeira Sinagoga das Américas a Kahal Zul Israel construída em 1636 em Recife.....	50

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1: ANITA NOVINSKY: SUA VIDA E OBRA</b>	<b>15</b>
1.1- Anita Novinsky: vida, teoria e metodologias	15
1.2- Críticas a historiografia revisionista da Inquisição	22
1.3- Algumas obras e seu legado para a historiografia	23
<b>CAPÍTULO 2: DO JUDAÍSMO PARA O MARRANISMO: A SAGA DE UM POVO</b>	<b>26</b>
62.1- Origem do povo judeu e a formação de sua identidade	26
2.2- Nova diáspora e estabelecimento na Península Ibérica	29
2.3- Estabelecimento e desenvolvimento da Inquisição Ibérica	37
2.4- Diáspora judaica pelo mundo: a fuga da inquisição	43
<b>CAPÍTULO 3: O MARRANISMO E AS CONTRIBUIÇÕES HISTORIOGRÁFICAS DE ANITA NOVINSKY PARA A COMPREENSÃO DESSE FENOMENO</b>	<b>47</b>
3.1- Chegada dos marranos ao Brasil e seu desenvolvimento no comércio do açúcar	47
3.2- O marranismo: um movimento de ambiguidades	51
3.3- No que cria os marranos	57
3.4- Heranças do marranismo: o criptojudaísmo nas famílias	62
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>69</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como enfoque temático a obra de Anita Novinsky, historiadora e pesquisadora na área de Inquisição e criptojudaísmo no Brasil colonial, essa pesquisa também tratará de aspectos pertinentes como suas contribuições para o campo historiográfico e para a pesquisa no estudo sobre os cristãos-novos na colônia e sua cultura de resistência sendo uma revisão do seu trabalho de seus principais escritos sobre o estudo proposto do marranismo, além disso, o projeto também terá como enfoque uma análise histórica do povo judeu mostrando a formação de sua identidade desde a antiguidade, seu estabelecimento e sua saída da Península Ibérica por causa da inquisição e a ida para a colônia portuguesa, sendo isso de suma importância pesquisar para que, através da obra e vasta pesquisa dela, possamos compreender as condições socioculturais desses judeus e a sua preservação dos costumes em um período conturbado de perseguições.

Tal pesquisa se aproxima de minha área de interesse, pois estudar sobre o judaísmo e seu desenvolvimento no decorrer dos séculos sempre me chamou atenção principalmente pela minha vinculação religiosa a heranças judaicas através do cristianismo, além disso, também sempre despertou minha atenção estudar sobre as origens de minha família e através dessa pesquisa pude perceber que também sou descendente de cristãos-novos. Ademais, através dessa descoberta me vinculei inteiramente no estudo sobre os cristãos-novos durante o período colonial e com certeza tive a ajuda dos escritos de Anita Novinsky, pois sendo ela uma grande especialista e autoridade nessa área sua obra abarca a Inquisição, a história dos cristãos-novos na Península Ibérica e depois no Brasil colonial.

Além do mais, ela traz como destaque a cultura de resistência desenvolvida por esse povo algo que ela vai chamar de “marranismo” e como isso se manteve vivo no decorrer dos séculos. Nesse sentido, pretendo me vincular a sua pesquisa com o propósito de analisar seu grande acervo de obras para trazer à tona como a sua investigação sobre esse período inquisitorial nos ajudou a entender um pouco dessa história que estava esquecida e a resistência desse povo judeu em sua vida privada. Dessa maneira, além dos aspectos motivacionais que citei também quero usar esse presente projeto como uma maneira de homenagear a memória da Anita Novinsky, que faleceu recentemente em 2021, e trazer um foco especial nas suas obras e suas contribuições para o campo

historiográfico. Sendo assim, o meu objetivo geral é analisar as obras da historiadora Anita Novinsky e suas contribuições historiográficas para os estudos sobre o marranismo e tendo isso em vista elaborar também uma análise biográfica e teórica da historiadora Anita Novinsky e suas colaborações na pesquisa historiográfica, além disso, discutir sobre a história dos judeus ibéricos e o processo de sistematização da intolerância promovida pela Inquisição e também problematizar, a partir de sua obra, o conceito do marranismo e as condições socioculturais dos marranos durante o período colonial.

Analisar questões relacionadas à Inquisição faz com que nos adentremos em diversas obras que envolvem diretamente essa temática, ao trabalharmos análises dos processos de indivíduos que foram processados pelo julgo católico é evidente a aproximação com a micro-história a partir de Carlos Ginzburg, entretanto a presente pesquisa terá um foco especial em trabalhar os efeitos culturais e sociais que a Inquisição católica trouxe a população judaica, sobretudo, se atendo a trabalhar as perspectivas que a Anita Novinsky trouxe sobre essa temática em suas obras. Tendo em vista isso, será de suma importância trazer à tona contribuições relacionadas a história da historiografia e das práticas culturais, o que Novinsky traz a partir de seus livros e como isso influenciou produções, por parte de diversos autores, de outras análises sobre essa temática.

Trabalhar com a história cultural vai ser de suma importância para nos atermos as análises que Novinsky traz no seu aparato historiográfico, como Peter Burke bem explicita “O terreno comum dos historiadores culturais pode ser descrito como a preocupação com o simbólico e suas interpretações. Símbolos, conscientes ou não, podem ser encontrados em todos os lugares, da arte à vida cotidiana, mas a abordagem do passado em termos de símbolo é apenas uma entre outras” (BURKE, 2004, p.10). Nesse sentido, a análise corrente destacará, além da obra de Anita Novinsky, aspectos que são trazidos à tona ao falarmos sobre os judeus no Brasil colonial, pois é evidente que será preciso trabalhar com representação e memória e o que isso significava para os marranos em sua busca pela preservação de seus costumes é, de fato, uma análise da cultura deles e seus principais pontos.

A história cultural em si representa trabalhar com todos esses tópicos citados acima, vinculados a temática, e como tudo isso se interage no ponto central da obra de Novinsky, as condições de vida dos marranos e seu contexto sociocultural, de modo geral Roger Chartier (2002) define essa linha como um meio para que possamos entender como

uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler. Além do mais, como aporte teórico será importante trazer as contribuições de Michel de Certeau que discute decifrar normas culturais através do cotidiano, Peter Burke e seu conceito de hibridismo cultural que será discutido no segundo e terceiro capítulo e também o Roger Chartier e seu interesse nas representações e na leitura das práticas na cultura que ajudarão na construção desse quadro.

Nesse processo, ao analisar a obra da Anita Novinsky, encontramos uma grande vinculação com o conceito de representação que significa exatamente trabalhar a partir de uma reflexão sobre os valores, as crenças e os interesses daqueles que a produzem, é nesse caminho que se estabelece, como ponto de bastante importância para o corrente trabalho, problematizar todo esse processo representativo a luz do que ocorreu durante o período colonial no Brasil, as noções de mundo e as reflexões que os marranos tinham sobre a vida, além disso, refletir sobre o que esses cristãos-novos representavam para a sociedade lusitana de então, tendo em vista que a cultura judaica era marginalizada. É nesse sentido que se engloba tanto a população da Península Ibérica, com destaque aos de Portugal, como também os moradores da colônia e a maneira que eles lidavam com a cultura marrana em sua sociedade.

Do ponto de vista metodológico a construção do trabalho a partir de cada objetivo dar-se-á através da pesquisa nas obras de Anita Novinsky sendo esse trabalho uma ampla revisão bibliográfica e historiográfica dela e de outros autores que serão importantes fontes para entender o contexto sociocultural dos marranos durante o período colonial e a construção de sua mentalidade, além do mais, será feito levantamentos em demais fontes como artigos e vídeos a exemplo do documentário *A estrela oculta do sertão (2005)* tendo como foco a teoria e o aspecto cultural aparente na obra de Novinsky.

Tendo isso em vista, o corrente trabalho se divide em três capítulos cada um focando em aspectos diferentes que se complementam, a primeira parte destaca a vida e a obra de Anita Novinsky e suas influências teóricas e metodológicas trazendo também à tona a leitura de seu lugar social, para isso será de suma importância a leitura de Certeau (1982) e também de Barbosa (2022) que nos ajudarão a compreender esse contexto a qual Novinsky está inserido.

O segundo capítulo focará em um apanhado histórico mais detalhado, destacando a construção da identidade judaica na antiguidade, a chegada deles na Península Ibérica,

a perseguição pela Inquisição e a diáspora pelo mundo até chegar ao Brasil. Nesse capítulo será explicitado a construção do ser marrano e as origens dessa nomenclatura que ficaria marcada por se referir a esses judeus convertidos ao cristianismo, para que possamos entender esse contexto será de suma importância o aporte teórico de Novinsky (2012), Novinsky (2015), Shama (2015), dentre outros pesquisadores.

O terceiro capítulo terá como foco falar sobre a formação da mente marrana no contexto da colônia portuguesa além de trazer as discursões e contribuições que Novinsky faz sobre o conceito do marranismo, enfatizando sua mentalidade, as suas representações de mundo e suas vidas. Tendo isso em vista, será importante fazer uma revisão historiográfica das obras de Novinsky para que possamos entender como ela constrói sua argumentação em torno desse conceito, obras como *Cristãos Novos na Bahia (1972)*, *Os judeus que construíram o Brasil (2015)*, *A Inquisição (2012)*, *Viver nos tempos da Inquisição (2019)* além de outras produções como artigos e livros serão de grande valia para que possamos entender esse processo e a construção do corrente trabalho.

Ademais, será também discutido os costumes dos criptojudeus que se mantiveram por gerações, nesse sentido o uso do documentário *A estrela oculta do sertão (2005)* e do artigo *Velhos “cristãos-novos” no sertão paraibano (2008)* serão importantes para que possamos entender as tradições que foram passadas durante séculos entre as famílias marranas e que ainda permanecem até o tempo hodierno.

## CAPÍTULO 1

### ANITA NOVINSKY: SUA VIDA E OBRA

#### 1.1- Anita Novinsky: vida, teoria e metodologias

É impossível discutir sobre a Inquisição na historiografia brasileira e não falar sobre Anita Novinsky, suas obras foram um marco inspiratório inaugurando um ponto de partida para diversos historiadores que dedicariam seus estudos a partir de então para essa temática. A sua herança judaica foi uma das grandes motivações para que ela prosseguisse na pesquisa sobre os cristãos-novos no Brasil trazendo a luz as condições de vida perpassadas por esse povo durante o período colonial brasileiro destacando os costumes, as tradições e também a perseguição do Santo Ofício a eles, além disso, contribuindo para entender a sistematização da intolerância promovida contra os judeus por esse órgão a serviço da Igreja Católica. Dessa maneira, a vida e a obra de Anita Novinsky serão discutidas no decorrer do capítulo como maneira de compreender as suas influências, não somente na historiografia, mas também na sociedade, sobretudo, aos herdeiros da herança marrana que ainda vivem em todo o Brasil, os B'nei Anussim<sup>1</sup>.

Nascida na Polônia em 22 de novembro de 1922 Anita Novinsky veio ao Brasil quando tinha um ano de idade cresceu e aqui se formou em filosofia e história, segundo relato da historiadora alguns de seus parentes foram mortos na câmara de gás na Polônia nos anos 40 no período do domínio nazista<sup>2</sup>. Sua obra foi de suma importância para o entendimento da Inquisição no Brasil e os costumes marranos no país durante o período colonial.

Sua formação inicial é pela Universidade de São Paulo onde graduou-se em filosofia em 1956 também se especializando em psicologia em 1958 obteve o doutorado em história social pela Universidade de São Paulo em 1970 e o pós-doutorado pela Universidade de Paris em 1983, sua pioneira obra *Cristãos-novos na Bahia: a Inquisição* (1972) foi resultado desse doutorado sendo orientada pelo sociólogo Sérgio Buarque de

---

<sup>1</sup> Termo em hebraico usado para definir os “filhos forçados”, ou seja, os descendentes daqueles que tiveram que se converter forçadamente a religião cristã.

<sup>2</sup> Entrevista feita com Anita Novinsky por Anita Brumer e Marcia Dreizik. **WebMosaica-Revista Do Instituto Cultura Judaica Marc Chagall**, v.3, n.2 (jul-dez), 2011. Das pesquisas sobre a Inquisição e os cristãos-novos no Brasil ao Museu da Tolerância da Universidade de São Paulo: Entrevista com Anita Novinsky. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/webmosaica/article/view/26357/15380> Acesso em: 21 set. 2023

Holanda. Ainda nos anos 70 se especializou em “O Racismo no mundo Ibérico” na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* em Paris, além disso, ensinou como professora visitante em Paris e nos Estados Unidos. Por ter se formado na França sofreu uma grande influência da escola Francesa das Mentalidades.

Novinsky fundou o Laboratório de Estudos sobre a Intolerância (LEI) na Universidade de São Paulo (USP) e coordenou o Projeto de Intolerância/Tolerância-Democracia e Cidadania do Progresso Institutos do Milênio do CNPq. O (LEI) já foi extinto, ela fala que foi obrigada a dissolver o laboratório, pois alguns membros estavam se usando do Laboratório como arena política, e segundo ela alguns ideais defendidos estavam se tornado abertamente antijudaicos<sup>3</sup>. Toda documentação catalogada pelo (LEI) foi transferida para o Museu da Tolerância criado por Novinsky. Entretanto, apesar do seu fim, o (LEI) foi a base para inúmeros pesquisadores que tiveram contato diretamente com fontes primárias catalogadas pela historiadora, além disso, a proposta de Novinsky foi definida por Ronaldo Vainfas como “explicitamente engajada” e também em relação a historiadora ele a define como “mestra de tantos historiadores” (VAINFAS, 2007, p. 190).

Sua metodologia de trabalho a partir da historiografia e da epistemologia se baseou na catalogação de diversas fontes da Inquisição, sobretudo, de arquivos catalogados na Torre do Tombo em Portugal, além de contar com uma ampla revisão bibliográfica de alguns autores que anos antes também haviam pesquisado sobre a temática, uma das dificuldades sentidas por Novinsky é justamente contar com um material que apesar de ser original advinha de uma cultura dominante, ou seja, pelos clérigos administradores do Santo Ofício, essa questão é bem analisada pela historiadora Isadora Barbosa:

(...) em sua produção historiográfica, fica implícito o alerta de que há dificuldades em analisar a credibilidade dos processos com fontes duplamente indiretas, as quais são escritas por indivíduos ligados à cultura dominante. Dessa forma, as ideias chegam ao historiador através de filtros e intermediários que as deformam, podemos ser compreendidas aqui como as que foram produzidas por representantes do Tribunal do Santo Ofício. (BARBOSA, 2022, p. 18)

---

<sup>3</sup> Entrevista feita com Anita Novinsky por Anita Brumer e Marcia Dreizik. **WebMosaica-Revista Do Instituto Cultura Judaico Marc Chagall**, v.3, n.2 (jul-dez), 2011. Das pesquisas sobre a Inquisição e os cristãos-novos no Brasil ao Museu da Tolerância da Universidade de São Paulo: Entrevista com Anita Novinsky. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/webmosaica/article/view/26357/15380> Acesso em: 30 set. 2023

Além disso, ainda em relação a sua metodologia de pesquisa, a Isadora Barbosa prossegue discutindo ainda as dificuldades sentidas pelo historiador, sobretudo, pela questão acima citada da problemática envolvida com as fontes que chegaram a nós e como elas podem ser enviesadas pelos representantes da Inquisição:

A metodologia de trabalho da autora é baseada na análise do discurso que é produzido pelos réus, pois ao fazer a análise documental, Anita Novinsky explicita o contexto em que chegaram ao Brasil, as perseguições sofridas e constrói tabelas para comprovar como e quantos foram explorados ao vir à colônia, tornando evidente a problemática citada acima acerca dos intermediários de uma dada cultura que são responsáveis pela escrita dos processos, ou seja, a dificuldade em fazer crítica documental a hermenêutica em si. Isso porque não se sabe o que o réu ou o confidente fala, pois os processos, denúncias e confissões eram produzidas sob a supervisão de representantes da Inquisição. (BARBOSA, 2022, p. 18)

Nesse sentido, o papel do historiador é investigar criticamente o documento que chega em suas mãos tendo ciência das influências históricas que essa fonte pode ter, entendendo a mentalidade e, sobretudo, o lugar social de quem produziu tais documentações. Novinsky mesmo enfatiza que aprendeu na França com professores como Robert Mandrou e León Poliakov que todo trabalho deve começar com a análise crítica das fontes, dessa forma, ela desenvolve alguns questionamentos e fala da necessidade de colocarmos em prática na pesquisa principalmente perguntas sobre a religião, política e a psicologia envolvida naqueles que produziram tal documentação (NOVINSKY, 2019). Uma das estratégias que ela adota para analisar mais a fundo as condutas dos inquisidores para além da documentação já disponível é consultar os escritos do Padre Antônio Vieira que era jesuíta e conhecia os trâmites do julgamento inquisitorial, ele mesmo tece diversas críticas ao Santo Ofício destacando os abusos cometidos por esse órgão, ela prossegue enfatizando a importância de buscarmos outras fontes:

Além do testemunho de Vieira sobre o tribunal desonesto e injusto, que lançava mão da religião para sustentar sua máquina burocrática e seus festivos Autos de fé, muitas outras fontes devem ser exploradas, a fim de alcançarmos o verdadeiro sentido da existência do Santo Ofício e da resistência dos conversos. Os próprios réus devem ser ouvidos, pois trazem informações “vivas”. (NOVINSKY, 2019, p. 8. grifo do autor)

Ademais, ao Novinsky fazer uma crítica a historiografia inquisitorial, sobretudo, a visão que os documentos do Santo Ofício estavam enviesados e eram tendenciosos ela não deixa de citar alguns historiadores que buscaram fazer um estudo aprofundado dessas fontes e constataram a mesma suspeita. Ela cita o exemplo do historiador Benzion Netanyahu que buscou em documentações judaicas conclusões diferentes contrárias as

justificativas das perseguições contra os judeus dadas pelos reis católicos e pelo Tomás de Torquemada um dos mais atrozinhos inquisidores espanhóis (NOVINSKY, 2019). Enquanto os representantes do Santo Ofício apresentavam um relatório ao Papa de que havia judaizantes secretos entre a população cristã-nova, sendo assim necessário uma investigação e perseguição mais rigorosa a eles, Netanyahu demonstra que as justificativas eram algo de “fachada” e que um dos verdadeiros motivos estavam no campo socioeconômico como Novinsky bem demonstra:

Netanyahu saiu do campo religioso para o social e mostrou que o Tribunal da Inquisição foi introduzido na Espanha por motivos socioeconômicos e raciais. A Inquisição foi, para Netanyahu, o produto de um movimento que refletia o sentimento da maioria da população, doutrinada há séculos no ódio aos judeus. (NOVINSKY, 2019, p. 9)

Ao analisar esse quadro Novinsky procura destacar em suas obras as motivações para além da religião que havia entre aqueles que defendiam o estabelecimento da Inquisição para os judeus demonstrando que o antissemitismo que havia se disseminado entre a população ibérica desde séculos passados foi uma das causas para que o Santo Ofício encontrasse terreno fértil para sua ação, sendo isso validado não apenas pelo poder temporal, mas também pelo próprio povo que apoiava e as vezes até ajudava os inquisidores com as denúncias. Novinsky enfatiza como chegou ao estudo do antissemitismo através das fontes catalogadas:

Meu interesse pelo antissemitismo nasceu durante os longos anos que ministrei cursos sobre o Santo Ofício da Inquisição na Universidade de São Paulo, e das pesquisas que realizei nos arquivos portugueses sobre os cristãos-novos processados pelo Tribunal da Inquisição. A análise dos documentos me fez compreender as calúnias e os pretextos inventados pelo clero católico e pela Coroa, para manipular a mente da população e legitimar as perseguições e a extorsão dos portugueses descendentes de judeus. (NOVINSKY, 2019, p. 32)

Além disso, por Anita Novinsky ser judia isso fez ela se interessar demasiadamente pela pesquisa dos judeus no Brasil, ela mesmo afirma em entrevista que a primeira vez que ela ouviu falar sobre os cristãos-novos e que criou interesse no estudo dessa temática foi com um professor de filosofia que ela teve na USP chamado João Cruz Costa que, apesar de não ser judeu, dizia que era descendente de judeus convertidos, além disso, um professor de sociologia cujo nome era Lourival Gomes Machado proferiu uma frase que

ela carregou consigo durante todos os seus estudos, “enquanto não estudarmos a história dos cristãos-novos, não poderemos escrever a história do Brasil”<sup>4</sup>.

Dentro dessa perspectiva, Michel de Certeau nos auxilia a ver o que significa esse lugar social do historiador ele mesmo enfatiza que “Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural.” (CERTEAU, 1982, p. 56). Dessa maneira, podemos compreender que esse ponto ajudou Anita Novinsky a construir sua pesquisa, pois “O lugar social da autora enquanto judia é que autoriza seu texto, pois produz um discurso que reflete em uma linguagem referencial dos fatos.” (BARBOSA, 2022, p. 19). Ademais, a questão de alguns dos seus parentes na Polônia terem sofrido perseguições e a morte pelos nazistas também terá uma influência sobre sua escrita, pois a Inquisição irá ter o mesmo caráter antissemita, isso vai ser melhor desenvolvido nos capítulos seguintes ao entendermos os aparatos ideológicos que cercavam o estabelecimento do Tribunal do Santo Ofício na Espanha.

Já a partir de uma visão teórica Anita Novinsky se enquadra dentro da História Cultural, pois o interesse dela em estudar a história dos perseguidos pela Inquisição, suas práticas culturais, e também alguns conceitos como o de representação se aproxima ao que foi defendido por Chartier (2002), para ele um dos principais objetivos da história cultural é “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.” (CHARTIER, 2002, p.16). Além dela diversos historiadores também podem se enquadrar nesse grupo como Ronaldo Vainfas, Daniela Levy, Lara de Mello e Souza, dentre tantos outros. Além do mais, a historiadora Barbosa (2022) ainda prossegue falando que o contexto das obras de Anita Novinsky se insere na Nova História corrente historiográfica essa que se alavancou na segunda metade do século XX, ela cita as obras da historiadora Lara de Mello e Souza como ambientada também nesse processo.

Ela identifica diversas fases da história cultural dentro da historiografia brasileira, sendo a terceira fase caracterizada como uma espécie de “transição entre a história da cultura e a história das mentalidades”, a qual ela delimita entre os anos de 1967 e 1986, período em que Anita Novinsky começa sua produção da presente série de livros em análise pública, também, seu clássico *Cristãos-novos na Bahia* (1972). (BARBOSA, 2022, p. 26. grifo do autor)

---

<sup>4</sup> Entrevista feita com Anita Novinsky por Anita Brumer e Marcia Dreizik. **WebMosaica-Revista Do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall**, v.3, n.2 (jul-dez), 2011. Das pesquisas sobre a Inquisição e os cristãos-novos no Brasil ao Museu da Tolerância da Universidade de São Paulo: Entrevista com Anita Novinsky. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/webmosaica/article/view/26357/15380> Acesso em: 21 set. 2023

Ademais, também podemos considerar a influência da História Social, pois a partir do momento que ela pesquisa nas fontes as condições de vida dos marranos durante o período inquisitorial ela está fazendo uma abordagem de grupos considerados marginais dentro da análise uma dita história oficial (BARBOSA, 2022). Entendendo isso, elementos culturais e sociais dialogam nesse processo pois, “(...) esse movimento também aborda questões sociais para conseguir compreender as práticas culturais diversas presentes em uma mesma sociedade.” (BARBOSA, 2022, p. 26).

Além disso, Novinsky se aproxima da antropologia principalmente por buscar o “caráter narrativos dos testemunhos, fossem eles de origem literária ou não.” (BARBOSA, 2022, p. 19). Essa aproximação também se deve pela característica que a pesquisa dela adquire principalmente por querer entender como se formou a identidade marrana no contexto inquisitorial, sobretudo, através da análise das narrativas. Dentro dessa perspectiva, a análise das fontes inquisitoriais e sua historiografia também foi alvo de críticas por Anita, pois houve dificuldades demasiadas dos historiadores mais antigos escreverem sobre essa temática (BARBOSA, 2022), ela mesmo enfatiza isso ao dizer que:

Os livros sobre a história colonial, tido como clássicos, com raras exceções não se referem a um órgão repressivo e punitivo, que atuou em todos os níveis da vida colonial tanto econômico como político, religioso e cultural: o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição. Seus riquíssimos arquivos, a maior parte mantidos em segredo até a década de 70 do século XX, só foram consultadas por raros historiadores, em esparsos artigos. (NOVINSKY, 2019, p. 6)

E em relação aos autores que escreveram sobre o processo inquisitorial ela ainda acrescenta que:

Os autores que exaustivamente pesquisaram os arquivos inquisitoriais no século XIX foram Alexandre Herculano, João Lúcio de Azevedo e Joaquim Mendes dos Remédios, deixando-nos obras fundamentais sobre os cristãos-novos e a Inquisição. Com abertura dos arquivos de Santo Ofício e a sua disponibilização ao grande público, a história do Brasil colonial deve ser reavaliada e interpretada. (NOVINSKY, 2019, p. 6)

Ao procurar analisar as documentações do Santo Ofício dentro de parâmetros temporais, sociais, econômicos, religiosos e psicológicos Anita Novinsky busca colocar em prática uma das principais funções dos historiadores atuais principalmente daqueles vindos de uma perspectiva advinda da história cultural. A historiografia a muito já vem superando essa visão cartesiana e metódica tão defendida durante o século XIX. Nesse sentido, a pesquisa as fontes de Novinsky faz vai além de procurar uma verdade indubitável sobre a Inquisição, mas sim a ver as “identidades como construções e não

como dados a serem objetivados” (BARBOSA, 2022, p. 21). Dentro desse espaço Michel de Certeau enfatiza como trabalha um historiador cultural dentro de suas fronteiras:

Com efeito, é preciso constatar um fenômeno estranho na historiografia contemporânea. O historiador não é mais o homem capaz de constituir um império. Não visa mais o paraíso de uma história global. Circula em torno das racionalizações adquiridas. Trabalha nas margens. Deste ponto de vista se transforma num vagabundo. Numa sociedade devotada à generalização, dotada de poderosos meios centralizadores, ele se dirige para as Marcas das grandes regiões exploradas. "Faz um desvio" para a feitiçaria, a loucura, a festa, a literatura popular, o mundo esquecido dos camponeses, a Ocitânia, etc., todas elas zonas silenciosas. (CERTEAU, 1982, p. 86)

Ele continua falando sobre as vantagens do estudo nessa perspectiva cultural

Assim, Fernand Braudel mostrou como os estudos das "áreas culturais" têm como vantagem situar-se, de agora em diante, nos lugares de trânsito, onde são detectáveis os fenômenos de "fronteira", de "empréstimo" ou de "recusa". (CERTEAU, 1982, p. 86)

É nessa perspectiva que Anita Novinsky trabalha tendo em vista a sua pesquisa nas “margens” da sociedade entendendo os fenômenos que estavam envoltos no contexto das vidas marranas. Ao buscar entender o funcionamento do Santo Ofício ela também almejou saber como era a vida e a mente das vítimas da perseguição. Dessa maneira, a aproximação tanto da história cultural quanto também da social é evidente, pois o objeto de pesquisa dela também é ver aqueles que foram os “excluídos da história”. Ao estudar assuntos relacionadas à Inquisição o pesquisador é instigado a adentrar-se em diversas obras que envolvem diretamente essa temática, Novinsky ao trabalhar com as análises dos processos de indivíduos que foram processados pelo Santo Ofício se aproxima da micro-história a partir de Carlos Ginzburg. Nesse sentido, Anita Novinsky destaca a importância estudarmos a história e conhecermos a realidade desse povo que foi marginalizado:

O fato de os cristãos-novos luso-portugueses terem crescido num grupo marginalizado e passado também pelos autos da fé, exerceu influência determinante e sua mentalidade. É necessário entrar no mundo subjetivo, conhecer que eram esses conversos que povoaram em tão grande número o Brasil. (NOVINSKY, 2019, p. 12)

Outra característica bastante marcante na obra de Novinsky é a busca pela identidade do cristão-novo esse estudo vai ser melhor enfatizado no decorrer do trabalho, mas em miúdos o que ela procura destacar em sua obra é o caráter sincrético que esse homem judeu colonial adquire, além disso, ao trazer essa noção ela também destaca outro conceito, o marrano como “o homem dividido”, ou seja, alguém confuso por ser suprimido tanto pelos cristãos como também pelos judeus. Essa identidade ambígua dos

marranos que Anita Novinsky procura trazer em sua obra foi um marco inovador no estudo dessa temática, os meios de resistir desse povo foi criar uma identidade própria que não fosse nem cristã e nem judia.

Isso foi uma novidade trazida por Novinsky buscando se ater a questões além do que os registros oficiais traziam, ela procura entender o que os inquisidores consideravam por judaísmo nas denúncias e ela constata algo além de uma mera continuidade das práticas judaicas entre aqueles homens, e como já falado as perseguições saem do campo religioso e adentram no social. O judeu era perseguido unicamente por ser um judeu e Anita Novinsky discute isso ao falar sobre o antissemitismo entre os portugueses:

O antissemitismo, forjou, criou, inventou o judeu, em cada português. Talvez a angústia profunda e insolúvel que a repressão inquisitorial produziu na alma dos portugueses tenha contribuído para que cada um, cada família, procurasse esquecer as marcas da passada origem. (NOVINSKY, 2019, p. 30)

## **1.2- Críticas a historiografia revisionista da Inquisição**

Ao mesmo tempo que ela enfatiza o crescimento de obras que contribuíram muito para o avanço da historiografia inquisitorial principalmente durante os anos 70, em contrapartida, Novinsky também critica o aparecimento de “um revisionismo subterrâneo, que pouco a pouco invade a história do Brasil” (NOVINSKY, 2019, p. 6). Essa corrente busca, sobretudo, minimizar os ocorridos durante o estabelecimento do Santo Ofício buscando colocar os inquisidores muitas vezes como benignos, que os cárceres inquisitoriais eram limpos, e que a Igreja Católica era justa e misericordiosa (NOVINSKY, 2019). Anita continua discutindo que existe uma historiografia espanhola que procura “desjudaizar” a Inquisição reduzindo os números das vítimas como uma maneira de “abrandar” supostos abusos eclesiásticos, além disso, muitos desses historiadores revisionistas foram treinados durante o regime de Franco com respaldo da Igreja, atualmente essa corrente ainda tem força e respeito em alguns círculos na Espanha como Novinsky (2019) bem debate em sua obra.

Após a abertura dos arquivos do Vaticano no ano de 1998<sup>5</sup> e a convocação de alguns historiadores para verificar as fontes inquisitoriais surgiram algumas correntes historiográficas que procuraram minimizar os acontecimentos da Inquisição, diminuindo

---

<sup>5</sup> Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft230113.htm#:~:text=S%C3%A3o%20Paulo%2C%20sexta%2C%2023%20de%20janeiro%20de%201998.&text=O%20Vaticano%20abriu%20ontem%20para,Livros%20Proibidos%22%20pela%20Igreja%20Cat%C3%B3lica>. Acesso: 20 out. 2023

os números e buscando justificativas para o que foi perpetrado naquele momento, Novinsky (2019) enfatiza que esses revisionistas tentam comparar a quantidade de mortos pela Inquisição com de outros tempos ou regimes políticos. Ao comparar o número de mortos pela Inquisição com o stalinismo e o nazismo muitos desses diminuem as mortes com o objetivo de “inocentar” o Santo Ofício, entretanto esse tipo de análise se mostra falha, pois como Anita Novinsky enfatiza:

Comparar os mortos pela Inquisição com os de outros tempos e regimes políticos, faz lembrar as palavras de Theodor Adorno, de que não é o número de mortes que importa, pois, colocar o sofrimento humano em termos numéricos é faltar com respeito à dignidade humana. (NOVINSKY, 2019, p. 7)

Essa historiografia bate de frente com o que Novinsky defendeu em suas obras, entre alguns representantes desse revisionismo podemos citar Henry Kamen, Jean-Claude Dupuis, Agostino Borromeo, entre outros que procuram minimizar o ocorrido no período inquisitorial. Um exemplo é de Dupuis que escreveu um artigo defendendo a Inquisição e justificando algumas perseguições que os inquisidores promoveram aos albigenses e aos marranos, ele afirma que, “a Inquisição era um tribunal honesto, que buscava mais a conversão dos hereges que sua punição; um tribunal que condenou poucas pessoas à morte, e que empregou tortura apenas em casos excepcionais” (DUPUIS, 2016)<sup>6</sup>. Nesse sentido, esse revisionismo, muito comum entre algumas comunidades católicas mais tradicionais, tenta amenizar a ação inquisitorial usando como justificativa que foi algo necessário e que as interpolações de que o tribunal era desonesto são exageros de alguns historiadores.

### **1.3- Algumas obras e seu legado para a historiografia**

Dentre tantas obras e contribuições que Novinsky fez quero destacar três<sup>7</sup> produções que são de suma importância para a compreensão de alguns conceitos e ideias que ela traz no seu estudo das fontes inquisitoriais e que também serão de grande auxílio no corrente trabalho. Um dos seus primeiros livros foi *Cristãos-novos na Bahia: a Inquisição* que foi escrito em 1972, ela diserta sobre as perspectivas dos cristãos-novos na colônia brasileira mais especificamente na Bahia durante o período de 1624 a 1654, além disso, é nessa sua obra que ela traz um dos seus mais famosos conceitos, o marrano

---

<sup>6</sup> Disponível em: [https://www.apologistascaticos.com.br/index.php/idade-media/inquisicao/860-a-defesa-da-inquisicao-por-um-phd-em-historia#\\_ftn5](https://www.apologistascaticos.com.br/index.php/idade-media/inquisicao/860-a-defesa-da-inquisicao-por-um-phd-em-historia#_ftn5) Acesso: 20 out. 2023

<sup>7</sup> Além dessas, Novinsky se destacou por diversas outras produções como livros, artigos, simpósios e participações em documentários. Sua ampla gama de trabalhos consta em seu currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6147908319067580>. Acesso em: 18 dez. 2023

como o “homem dividido”. Partindo para a atualidade uma das suas últimas obras foi o livro *Os judeus que construíram o Brasil: fontes inéditas para uma nova visão da história* de 2015, nesse seu trabalho ela faz um amplo estudo historiográfico sobre os judeus e a inquisição trazendo uma contextualização histórica da situação social e religiosa dos judeus desde a Península Ibérica, e falando também sobre a influência dos cristãos-novos na construção da sociedade brasileira após sua diáspora para o Novo Mundo, esse foi um dos livros dela que mais me chamou atenção e que também mais vinculei nessa pesquisa, acredito ser essa a obra que abriu as portas para que eu me instigasse a pesquisar mais sobre o marranismo. E por fim o livro *Viver nos tempos da Inquisição* de 2019, essa obra abarca uma aprofundada revisão historiográfica sobre a Inquisição tratando de aspectos teóricos e históricos sobre o funcionamento do Santo Ofício e sua atuação, além disso, nessa obra consta estudos sobre diversas temáticas trabalhadas pela autora como o marranismo, o criptojudaísmo além de outras questões relacionadas a história e memória dos cristãos-novos.

Portanto, ao tratarmos de Anita Novinsky temos que considerar essas e outras contribuições para a historiografia da Inquisição ibérica e brasileira, ela com sua maestria consolidou nos estudos da história uma temática que até os anos 70 poucos tinham debruçado no Brasil. Além disso, ao entrar em contato com a obra de Novinsky também pude trazer isso como inspiração para mim, pois foram seus trabalhos que abriram novas pontes e perspectivas para que eu pudesse me alavancar mais na pesquisa, sobretudo, dos costumes marranos nas famílias do Nordeste brasileiro.

A história do nosso país não pode ser completa sem estudar a figura do cristão-novo e foi essa intuição que levou Novinsky a se aprofundar em suas pesquisas, diversos historiadores devem suas pesquisas a ela posso citar os exemplos de Ronaldo Vainfas, Daniela Levy, Lina Gorenstein, entre tantos outros que fizeram parte da “Escola Novinsky”<sup>8</sup>. Mesmo após seu falecimento em 2021 seu legado permanece nas obras, nos estudos e em tantas outras contribuições não somente para a academia, mas também para os descendentes dos marranos que puderam ser ouvidos após séculos de silenciamento. Como

---

<sup>8</sup> A Escola Novinsky se destacou por alavancar diversos pesquisadores na área do estudo sobre Inquisição e marranismo. Essa “Escola” se formou a partir do momento que ela fundou o Laboratório de Estudos sobre a Intolerância (LEI) e permaneceu levando consigo esse legado de Novinsky que se estabelece por ela deixar um grande acervo para pesquisa e também por preparar o terreno para outros historiadores como Ronaldo Vainfas, Daniela Levy, entre outros.

bem escreve Maria Luiza Tucci Carneiro professora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP:

Como Professora Emérita da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, título que lhe foi outorgado em 2015, Anita Waingort Novinsky tornou-se um exemplo de pesquisadora incansável, colega, amiga e mãe acadêmica. No entanto, Anita é muito mais: sua formação e trajetória acadêmica identificam-se com um conjunto de valores tão caros ao ser humano: justiça, ética e direitos humanos. Contestadora da intolerância e do antissemitismo em particular, transformou seus estudos sobre Inquisição, marranismo e racismo em libelos defensores do direito à vida e da liberdade de expressão como direitos fundamentais do homem e da mulher. (CARNEIRO, 2021, Online)

## CAPÍTULO 2

### DO JUDAÍSMO PARA O MARRANISMO: A SAGA DE UM POVO

#### 2.1- Origem do povo judeu e a formação de sua identidade

A história dos judeus se confunde com a história do mundo. Um povo que não somente esteve limitado a uma terra ou a uma religião, mas que influenciou direta, bem como indiretamente os rumos da humanidade, criando assim, diversas personalidades que devem suas heranças a essa gente. Citando alguns exemplos em diversas áreas, na psicologia temos Sigmund Freud, na sociologia Karl Marx, na ciência Albert Einstein, e o próprio cristianismo deve suas raízes ao judaísmo, na figura do judeu Jesus Cristo de Nazaré.

A tradição hebraica coloca a origem dos hebreus<sup>9</sup> no contexto da antiga Mesopotâmia, algo que “é contado na Bíblia e comprovado por diversas evidências” (PINSKY, 1994, p. 82). Sendo um grupo de nômades de origens semitas e que não tinham um território estabelecido. Depois de migrarem pelo crescente fértil, se estabeleceram na região da antiga Palestina e migraram para o Egito em busca de refúgio contra as secas, Pinsky (1994) registra também a presença dos “abiru” ou “ivri” durante o reinado de Ramsés II, no século XIII a.C, podendo ser tal terminologia uma referência aos povos hebreus. Além disso, a migração desse povo semita ao Egito e sua saída é alvo de discussão pelos historiadores. “Como saíram do Egito, por que e quantos, não sabemos, mas a ideia da entrada de um grupo de tribos na Cananéia lá por 1230/1220 é apoiada em documentos” (PINSKY, 1994, p. 83). As primeiras referências arqueológicas que temos do povo hebreu data do ano de 1200 a.C através da Estela de Mernaptá<sup>10</sup> que hoje está no Museu Egípcio no Cairo, como bem explicita o historiador Simon Shama:

O primeiro artefato histórico em que aparece o nome “Israel”, de fins do século XIII a.C., é a famosa inscrição triunfal do faraó Merneptá ou Meremptá, filho de Ramsés II, este último mais tarde identificado no Êxodo como o faraó cujo coração estava “endurecido”. “Israel foi arrasado e não tem mais semente”, diz a inscrição, e os hieróglifos não deixam dúvida de que o nome Israel aí indica um povo, e não um lugar. (SHAMA, 2015, p. 24)

---

<sup>9</sup> Um dos primeiros nomes dados aos judeus, a palavra hebreu significa “que é do outro lado”.

<sup>10</sup> A Estela de Mernaptá foi descoberta pelo Egíptólogo britânico Sir Flinders Petrie em 1896 na antiga cidade de Tebas no Egito. Datada do ano de 1208 a.C é uma pedra de basalto que foi escrita durante o reinado do Faraó Merneptah relatando suas excursões militares a algumas terras e entre esses relatos o nome “Israel” aparece juntamente com de outros povos. Esse é um dos primeiros escritos a citarem o nome de Israel como povo ou tribo (BARBOSA, 2020).

Após migrarem de volta para a Palestina se estabeleceram lá como uma sociedade pastoril e tribal. Depois de um período considerável, já morando na terra, constituíram reinos que viviam em constante turbulência, foram estes os reinos de Israel (ao norte) e o de Judá (ao sul), tendo suas existências comprovadas pela arqueologia; uma evidência disso são os registros reais descobertos no antigo palácio de Nínive, capital do império Assírio, que citam os reinos em diferentes prismas. Esse povo habitava no meio de grandes impérios, sendo eles o egípcio e o assírio, e posteriormente, o babilônico, fazendo estes vez ou outra excursões pelo seu território. O reino do norte vai ser o primeiro a cair para o Império Assírio em 720 a.C, já o reino do sul irá resistir até 586 a.C, quando é conquistado por Nabucodonosor, imperador babilônico. O historiador Pinsky (1994) bem explícita que os hebreus dos dois reinos de Israel e Judá passariam por momentos de instabilidade e, após as conquistas, aos poucos vão sendo assimilado por outros povos, principalmente os habitantes do norte, a medida de que eram exilados e não retornariam a sua terra, ao contrário do que vai acontecer com o povo do sul, que terão a oportunidade de voltar. Após esse contexto turbulento, durante o domínio persa, a população de Judá que irá sobreviver ao exílio na Babilônia é autorizada a voltar para sua terra pelo imperador Ciro, o grande:

O decreto de Ciro foi uma autorização preciosa, tanto assim que o Livro de Esdras conta que “fizeram-se pesquisas nos tesouros onde estavam guardados os arquivos” (Esdras 6,1) e transcreve o decreto na íntegra, como uma resposta a opositores mal-intencionados, gerações depois, no reinado de Dario. De fato, uma cópia se encontra na Babilônia, especificando a altura e a largura do Templo reconstruído, que as despesas correriam por conta do erário real e que os vasos de ouro e prata saqueados por Nabucodonosor fossem restituídos. (SHAMA, 2015, p. 37-38)

Os hebreus, a partir de então irão ficar conhecidos como judeus, ou seja, aqueles que eram de Judá. É nesse momento também que as escrituras antigas vão ser compiladas e ganham bastante importância para os judeus, como um registro de suas tradições, além de grande contribuição para a formação de sua identidade, como o historiador Simon Schama explica:

A Bíblia judaica é a marca da mente judaica, a imagem de suas origens e ascendência imaginadas; é a epopeia do tratado e aliança de YHWH com Israel, o Deus único e informe movendo-se pela história, assim como o tesouro original de sua imaginação espiritual. (SCHAMA, 2015, p. 21)

Além disso, uma marca que vai ser bastante evidente na religião judaica será o culto monoteísta. O texto base para a crença em um único Deus virá de uma passagem

muito conhecida da Torá, que está em Deuteronômio 6:4, o *Shema Yisrael*, “Ouve Israel, o Senhor, nosso Deus, é o único Senhor” (Dt 6,4). Nessa perspectiva, podemos entender o processo de fé e crenças que vão reger o povo judeu durante séculos, e apesar das influências externas que possam ter sofrido, eles se mantiveram fiéis a essa herança. Trazendo as assimilações como destaque, nota-se que fizeram parte da formação do homem judeu e esse mesmo contexto irá gerar ao povo hebreu um processo conhecido como hibridismo cultural; esse conceito foi defendido pelo historiador Peter Burke em sua obra *Hibridismo cultural* (2010) para explicar as interações culturais entre os povos e as transformações decorrente das mesmas. O historiador Bruno Pereira Barbosa também destaca essa questão da construção da identidade judaica em meio as influências de outros povos ao seu redor:

No contexto judaico de inúmeras invasões que ocorreram no território de Israel, falar de uma identidade “pura” torna-se, também, um esforço linguístico, pois as trocas culturais, o contato com o estrangeiro, fizeram com que o povo de Israel se aproximasse de práticas “estranhas”, àquelas que executavam em sua cotidianidade, tornando-se fatores que foram postos em um estado de alerta para a identidade judaica, sendo descritas até advertências dentro dos mitsvot da Torá. A Lei advertia quanto aos contatos com estrangeiros, que poderiam prejudicar o crescimento salutar da nação judaica e levar a desobediência dos seus costumes. (BARBOSA, 2020, p. 24, grifo do autor)

Nesse sentido, a tradição hebraica deve-se muito as influências de outros povos como os mesopotâmicos, egípcios, cananeus, e etc, como o próprio Schama explica ao dizer que: “A identidade judaica se formaria, por fim, em algum ponto entre os dois polos culturais do Nilo e do Eufrates.” (SCHAMA, 2015, p. 23). Além disso, esse é um processo que continuou vivo durante os séculos seguintes, através das diásporas, que irão gerar novas adaptações na formação da mente judaica e também desenvolver singularidades que se tornaram marca para manter uma identidade do ser judeu.

Mais à frente, durante o período romano essa questão identitária dos judeus vai ser bastante enfatizada como uma maneira de manter o povo unido em meio as influências de fora. O historiador Flávio Josefo, também judeu, será uma dessas figuras, que procurará tecer a história de seu povo, tendo em vista o seu passado, rememorando a eles de onde vem sua identidade e origem:

A produção do sentido de pertença para os judeus na obra “Antiguidade Judaicas” de Flávio Josefo, por exemplo, mostra que, apesar da diversidade cultural existente na Judeia, Josefo, na sua narrativa, recorre a um passado “comum”, um saber genealógico com o objetivo de sustentar um “tronco” criando no imaginário a ideia de unicidade do povo. Exercício que o faz a partir de escolhas simbólicas interessadas. A formação da identidade passa, então, a

ser uma construção de caráter linguístico e simbólica, sendo firmada uma identidade mais homogênea em detrimento das inúmeras diferenças e disputas de poder encontradas no interior do grupo, no nosso caso, os hebreus. (BARBOSA, 2020, p. 25, grifo do autor)

Nesse período de adaptações e diásporas também se formará a sinagoga judaica, longe do seu templo e de sua terra o homem judeu procurou manter suas tradições e a comunhão entre os seus. Simon Shama irá destacar a importância da construção dessas sinagogas, com o objetivo de manter a leitura da Torá para os que estavam distantes de Jerusalém:

Foi o mundo judeu-helenístico que inventou a sinagoga, ainda que quase sempre chamada proseuche. A palavra, que na sua origem designava uma assembleia ou reunião (para a leitura da Torá, não para orações), por fim veio a designar as próprias construções criadas para atender às necessidades dos judeus que viviam longe de Jerusalém. (SHAMA, 2015, p. 85)

Depois do domínio persa sobre os judeus no século IV a.C, vieram os gregos e sua cultura helenística, a qual iria causar atritos com a população fiel as tradições judaicas. O revolucionário Judas Macabeus irá proclamar uma revolta contra essa influência grega e sairá vitorioso. Após conflitos externos e internos, a região da Judeia irá cair sobre domínio romano no século I a.C, posteriormente os judeus irão ficar insatisfeitos com o jugo de Roma e no ano 66 d.C irão proclamar uma revolta que ficaria conhecida como a Primeira Guerra Judaico-Romana, que terminará com a destruição de Jerusalém no ano 70 d.C pelo general Tito e o início de uma nova diáspora para o povo. Um adendo a isso é que, o famoso historiador Flávio Josefo foi contemporâneo dessa revolta, escrevendo então um relato sobre esses acontecimentos cujo o título é “A Guerra dos Judeus” (ROCHA, 2004).

## **2.2- Nova diáspora e estabelecimento na Península Ibérica**

Desde o ano 70 d.C com a destruição de Jerusalém pelos romanos, o povo da Judeia<sup>11</sup> teve que ir em busca de um novo lar onde pudessem viver tranquilamente suas vidas preservando seus costumes, sua religião e seus negócios, começava-se então uma nova diáspora. Muitos partiram para as mais diversas partes do mundo conhecido de então alguns foram para a África principalmente ao norte, outros para o centro e leste da Europa onde ficaram conhecidos como asquenazes; já outra leva de judeus partiram para o oeste europeu, ou seja, a região que conhecemos como a Península Ibérica que corresponde exatamente ao que hoje conhecemos como Portugal e Espanha. Lá eles ficaram

---

<sup>11</sup> Província Romana do século I D.C.

conhecidos como judeus sefaraditas e conviveram por séculos nessa região, ora em relativa paz ora em meio a conflitos e perseguições.

Os judeus da Península Ibérica tornaram-se os SEPHARDIM ou SEPHARDI, palavra que se origina do hebraico SEPHARAD, que quer dizer “longe”. Desde então o termo sepharad/sefardita, passou a denominar os judeus que haviam fugido para a longínqua Península Ibérica. (MIELE, 2008, p. 541)

Após a queda do Império Romano do Ocidente e a ascensão dos germânicos em territórios antes pertencentes aos romanos, os judeus passaram por um período de relativa tolerância com os visigodos na Espanha. Logo depois da conversão do rei Recaredo ao catolicismo, eles tiveram que pagar mais tributos e começaram a ser vistos de maneira pejorativa e preconceituosa, como o historiador André Luiz Bacci explicita, “com efeito, desde a conversão de Recaredo até a invasão islâmica, era comum que nos documentos oficiais os judeus fossem referidos como “praga” ou “lepra”.” (BACCI, 2017, apud YOVEL, 2009, p. 6). Isso será algo que posteriormente a Inquisição trará de maneira mais tenaz, juntamente com a conversão forçada.

Essa política de intolerância aos judeus se manteve durante todo o período do domínio visigodo já que a estrutura de Estado se mantinha veemente vinculada a Igreja Católica (SANCOVSKY, 2010; BACCI, 2017). O historiador Simon Shama corrobora nessa discursão ao dizer que “(...) tinham atravessado uma vida de sofrimentos durante a era romana e mais ainda ao longo dos séculos de domínio dos visigodos, que, cristianizados, haviam perseguido a pequena população judaica” (SHAMA, 2015, p. 212). Além disso, nesse momento já poderíamos ver um dos primeiros sinais do criptojudaísmo na sociedade ibérica, com a preservação dos costumes judaicos no íntimo dos lares.

Em 711, os árabes conquistam a Espanha dos visigodos e instituíram uma nova organização social baseada na tolerância algo que divergia do que era praticado pelos cristãos até então. Tal conquista mulçumana, serviu para que uma parte da população cristã acusasse os judeus de “complô” com a queda dos visigodos do poder, entregando algumas cidades nas mãos dos conquistadores (SHAMA, 2015). Durante esse período, a Península Ibérica se transformou em uma das regiões mais avançadas da Europa, sendo destaque a valorização da ciência, das artes, poesias e também da filosofia por parte dos árabes que lá residiam e administravam (NOVINSKY, 2015).

Os judeus nesse contexto poderiam viver e usufruir da liberdade, além de poderem praticar sua religião desde que pagassem os impostos que eram exigidos; muitas comunidades prosperaram com esse povo atuando em diversas profissões, seja na agricultura, medicina, astronomia, no comércio, entre outras áreas, bem como alguns desses conseguindo alçar a cargos importantes na sociedade e administração mulçumana. Além disso, juntamente com os árabes atuaram na tradução de autores gregos clássicos como Aristóteles fincando as bases para a Renascença alguns séculos depois (NOVINSKY, 2015; BACCI, 2017). Nesse sentido, o orientalista judeu Bernard Lewis irá dizer que, “as comunidades não-mulçumanas protegidas eram mais numerosas e estavam na Espanha do que em qualquer outra parte no Islão”. (LEWIS, 1983, p. 139), mostrando a quantidade de outros povos que viviam na Península Ibérica naquele período, sobretudo, dos chamados “povos do livro”, ou seja, cristãos e judeus.

Segundo (NOVINSKY, 2015; BACCI, 2017) esse contexto favorável ao desenvolvimento da intelectualidade judaica formará grandes pensadores e poetas que estabeleceram suas mentalidades na filosofia, com forte inspiração nos clássicos gregos. Na Espanha árabe temos o exemplo de Samuel ha-Naguid, Judah Halevi, Salomão Ibn Gabirol, e um dos mais importantes e também conhecido dos filósofos judeus: Moses Maimônides, que foi destaque por trazer em seu pensamento a união da fé judaica ao racionalismo aristotélico e fazer uma ponte entre fé e razão, sobre ele, Shama traz uma elucidação bastante pertinente, enfatizando sua importância como alguém que representava bem a comunidade judaica:

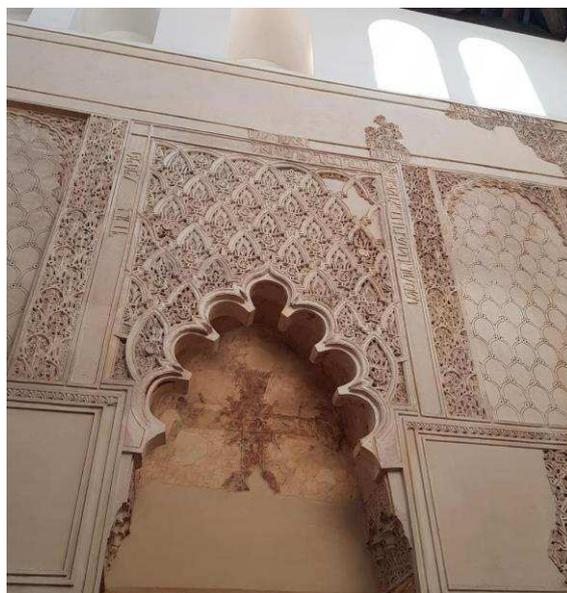
Nesse momento formativo, não só de sua carreira pessoal como da longa história de seu povo, Maimônides se situava no ápice da experiência judaica, contemplando-a como se estivesse no cume do próprio monte Sinai. Tinha a mais plena consciência da relevância do que estava fazendo ao assumir o manto da vocação. “Eu, Moisés, filho de Maimon, o Sefardita” era tanto Moisés, o legislador, quanto Maimônides, o filósofo de nome grego. Ele era Moisés, o israelita, cuidando do bem-estar dos judeus, e era Maimônides, o famoso homem de ciências que invocava princípios universais, a serem compreendidos e assim aceitos pelo resto do mundo. Ele era, ao mesmo tempo, judeu e também a personificação da humanidade comum, e a história de tudo isso passava por sua eloquência articulada. A fé seria sustentada pelos pilares da razão, e o templo da sabedoria assim edificado ficaria de pé para sempre, até que o Messias libertador levantasse outro em Jerusalém. (SHAMA, 2015, p. 271)

Maimônides passou boa parte de sua vida dedicado aos estudos sobre o judaísmo e procurou tecer diversos comentários em defesa de sua fé; a comunidade sefardita deve e muito as suas contribuições e a sua sabedoria que foi enraizada nos princípios da Torá:

Portanto, sua missão, que lhe ocupou o resto da vida (Maimônides morreu em 1204, perto dos setenta anos), era primeiro elucidar e revigorar a essência da vida judaica, materializada na Torá, de modo que pudesse ser internalizada na conduta cotidiana; e depois construir um corpus de argumentação capaz de blindar os judeus ao ataque, que estava por vir e quase com certeza violento, contra suas crenças, talvez contra sua própria existência. (SHAMA, 2015, p. 271)

Adicionalmente, um pouco depois do domínio árabe e já após a reconquista de alguns territórios ibéricos pelos cristãos, algumas sinagogas foram construídas. Nas fotos abaixo podemos observar uma dessas sinagogas que foi edificada no século XIV na cidade de Córdoba na província de Andaluzia, cidade que Maimônides nasceu, sendo esse templo judeu um dos mais antigos da Espanha e também se constitui um patrimônio mundial declarado pela UNESCO.

**Figura 1-** Sinagoga localizada na cidade de Córdoba na Espanha local onde Maimônides nasceu



Fonte: acervo do professor José Otávio Aguiar 2019

Apesar desse desenvolvimento, a partir do século XI o Califado de Córdoba enfraqueceu e se dividiu, após isso o reino almorávida, que sucedeu o antigo Califado, não seguiu as tradições de tolerância aplicadas até então e começou a atacar comunidades de cristãos e judeus (ROTH, 2001), os reinos católicos do norte da península se aproveitaram dessa instabilidade dos árabes e começaram a avançar para o sul, algo que ficou conhecido como a Reconquista Cristã, que irá ser impulsionada pelo espírito de conquista vindo das cruzadas. Será nesse contexto que os judeus irão migrar da Andaluzia para a Espanha cristã.

Nesse processo, a priori, iremos ter em Portugal uma política de tolerância em relação aos judeus que viviam nos territórios que antes pertenciam aos árabes, inclusive, com distribuições de propriedades próximas as cidades por parte dos cristãos a cavaleiros de menor expressão, camponeses e judeus (BACCI, 2017); além disso, dentro dos territórios conquistados era de suma importância o auxílio desses judeus na nova administração, pois muitos desses estiveram atuando em cargos importantes durante o domínio árabe e conheciam a cultura e os ditames utilizados anteriormente, auxiliando assim no desenvolvimento econômico dos territórios recém conquistados. Em Portugal, se manteve durante um bom tempo empatia com esse povo, como o historiador André Luiz Bacci bem demonstra:

Em Portugal, o Estado havia a pouco se estabelecido, os reis pareciam mostrar, ao menos até o final do século XIII, certa condescendência para com os judeus. Nesta época eram comuns as isenções de tributos e a revogação das determinações que exigiam o uso, pelos judeus, de distintivos presos à roupa. Contudo, o alto clero, bem como a população menos abastada, fazia objeção a essas concessões. (BACCI, 2017, p.145)

Como Novinsky (2015) vai discutir essa complacência aos judeus, irá abranger o período enquanto os territórios recém conquistados dos muçumanos estão passando por um processo de readaptação e realocação de novos habitantes em substituição aos árabes expulsos. A comunidade judaica receberá nesse momento algumas vantagens, sendo-lhes concedida a oportunidade de morar em cidades como Zaragoza, Tortosa e Toledo; esse processo ficou registrado em documentos chamados foros, que também traziam em seu conteúdo que os judeus ficariam sob a proteção e tolerância do rei além de tratar sobre questões de impostos e taxas que eles deveriam pagar para a Coroa (NOVINSKY, 2015). Nesse momento, floresceu certa autonomia a essas comunidades, pois em muitos momentos eles poderiam reger suas questões a partir da lei judaica, pela Torá e nas autoridades religiosas baseadas no Talmude<sup>12</sup>. Ademais, a historiadora Anita Novinsky bem enfatiza que, “sendo neutros politicamente, inspiravam a confiança dos cristãos, que assim lhes conferiam responsabilidades apesar dos protestos da igreja” (NOVINSKY, 2015, p.33).

---

<sup>12</sup> É uma coletânea de livros sagrados e de discursões rabínicas acerca da lei e ética judaica, sendo de grande valia para o estudo do pensamento religioso e também na guarda das tradições escritas e orais conservadas por gerações. Em relação a ele Simon Shama escreve que “O Talmude foi o primeiro hipertexto do mundo, no sentido de que abria espaço para comentário sobre comentário, fonte após fonte, na mesma “página”.” (SHAMA, 2015, p. 85, grifo do autor)

A conversão dos judeus ao cristianismo também, nesse primeiro momento, era difícil por vários contextos; entre eles se tinha a questão de que a partir do momento que houvesse a conversão havia o confisco dos bens pelo tesouro real, pois a Coroa não ligava muito para a questão da pureza de fé do indivíduo, mas sim com os impostos que vinham dele. Alguns deles que se tornavam cristãos eram homem letrados e muitos desses ora viravam padres e até se envolviam em discursões com rabinos, em defesa da fé cristã (NOVINSKY, 2015). Nesse ponto, até a igreja procurou se beneficiar da prosperidade de alguns judeus como Poliakov expõe:

A posição econômica dos judeus era tal que também a Igreja espanhola dela extraía, direta ou indiretamente, a maior parte de seus recursos. Os reis lhes doavam amiúde os impostos devidos pelos judeus ou terras onde estavam instalados. (POLIAKOV, 1984, p. 95).

Além do mais, nas judiarias<sup>13</sup> (SARAIVA, 1969; NOVINSKY, 2015) eles poderiam usufruir de uma liberdade que aos poucos irá gerar repulsa por certas classes na sociedade ibérica. Dessa maneira, “quanto mais os hebreus ganhavam os favores dos regentes e da alta nobreza, mais cresciam o rancor e a antipatia do clero e do povo, êste influenciado por aquêle” (KAYSERLING, 1971, p. 19).

A partir do século XIV, foi vista uma mudança que aos poucos se tornaria permanente na Península Ibérica: a perseguição a religião judaica; isso se fortaleceu através de leis canônicas antijudaicas que já eram comuns pela Europa e ao chegarem aos reinos cristãos ibéricos, se fortaleceram com o estabelecimento de leis que proibiam o proselitismo, o casamento entre cristãos e judeus, a construção de novas sinagogas, entre outras negações de direitos, visando o distanciamento dos judeus e cristãos. Essas leis eram herança do IV Concílio de Latrão<sup>14</sup> de 1215, que estabeleceram e ratificaram essas normas (ROTH, 2001; NOVINSKY, 2015).

Além disso, a tolerância entre os três povos existentes na Península Ibérica foi aos poucos minando, os judeus começaram a serem considerados como envenenadores da cristandade, chegando ao ponto de até os culparem pela peste bubônica, doença que devastou a Europa em 1348; e um adendo a isso é que as perseguições foram também incentivadas por clérigos que pregavam contra a influência judaica, instigando assim a

---

<sup>13</sup> Judiaria era um bairro judeu dentro das cidades onde eles eram obrigados, por lei, a morar.

<sup>14</sup> Esse concílio seguiu os ditames do Terceiro Concílio de Latrão (1179) que estabeleceriam, além dessas leis citadas acima, a obrigação dos judeus de usar distintivos presos na roupa. Isso além de outras práticas já eram comuns pela Europa e os reis lusitanos dessa época só fizeram copiar o que já vinha sendo feito.

população a destruírem as sinagogas das cidades, a confina-los em guetos e a perderem cargos no governo. Um exemplo de propagador desse discurso foi do prelado espanhol Ferrant Martínez (NOVINSKY, 2015); destacando-se pelo antissemitismo descarado em seus discursos:

Na Espanha, foi a voz de Ferrán Martínez, arcebispo de Eciija, cidade a cerca de oitenta quilômetros a oeste de Sevilha. O que faltava a Martínez em sofisticação teológica e em saber era mais que compensado pela clareza brutal de sua violência retórica. Foi exatamente sua força primitiva e sua disposição de desafiar a autoridade real em nome de um poder superior que o tornou popular entre a gente comum das cidades e dos campos. Num mundo em pânico, no qual um terço da população tinha sido morta pela peste, e que acreditava que ela acontecera ou por castigo divino ou em decorrência de um conluio demoníaco de judeus, hereges e leprosos, essas pessoas não tinham tempo para a filosofia agostiniana tradicional, que preservava os judeus como testemunhas da paixão redentora de Cristo, nem paciência para insistir num vagaroso gotejamento de persuasão. (...) Assim, o que Martínez pregou a partir de 1378, sobretudo nas cidades do sul de Castela, era de uma simplicidade brutal: ataquem os judeus, onde e quando puderem. (SHAMA, 2015, p. 301)

Na Espanha, nesse período Novinsky (2015) enfatiza que se começava a formar três tipos opostos de judeus, o primeiro grupo era formado por aqueles que continuaram com sua fé judaica, praticando-a abertamente. Esses judeus constituam-se como uma comunidade que, embora abalada e empobrecida por causa da perseguição, se mantiveram fiéis as suas tradições; não apenas, sofriam ataques constantes, principalmente de membros do baixo clero que advogavam a conversão forçada. O segundo grupo era o dos judeus convertidos ao cristianismo, os quais eram sinceros em sua nova fé e procuravam se misturar à população geral; alguns desses chegaram até a ocupar altos cargos dentro da Igreja Católica. O terceiro grupo consistia em judeus que procuravam externalizar a fé cristã, mas que em suas vidas privadas permaneceram em sua antiga fé, o criptojudaísmo. A esses, foi dado o nome de “anussim”, uma palavra hebraica que simbolizava que eles eram conversos forçados e também a denominação de “marranos”, que era um nome pejorativo que fazia referência ao porco, animal que a Torá considerava impuro; ainda em relação a esse terceiro grupo, mais a frente será melhor analisado dentro do contexto de como o marranismo, juntamente com o criptojudaísmo irá se desenvolver no Brasil Colonial.

Dentro da Igreja também havia oposição a esses tipos de práticas contra os judeus. O Papa Bonifácio IX enviou ao rei D. João I de Portugal uma bula papal que proibia enfaticamente qualquer batismo forçado de judeus, assim como a agressão, o assalto ou assassinato do mesmo por algum cristão; D. João I publicou esse edito nas cidades do

reino, mas houve pouca repercussão e as conversões forçadas se mantiveram até o final do século XV (KAYSERLING, 1971; NOVINSKY, 2015). No ano de 1449, em Toledo, houve um massacre de judeus, nessa mesma cidade o conselho municipal autorizou a instituição de estatutos que diferenciavam os cristãos “velhos” e os “novos”, além disso, foi de lá que surgiu os "Estatutos de Pureza de Sangue", que terão como objetivos isolar cada vez mais os judeus conversos, proibindo-os de participar de corporações de ofício na igreja e nas Ordens Militares; ademais, negava-se a oportunidade de entrar nas universidades e ter acesso a cargos burocráticos e oficiais (SARAIVA 1969); isso vai representar uma virada, onde podemos notar “com particular nitidez a passagem do ódio confessional para o ódio racial” (POLIAKOV, 1984, p. 152).

Esses estatutos irão constituir uma política racista, que terá também um objetivo econômico que “refletia o conflito entre a burguesia cristã-velha e a cristã-nova na competição pelos mercados de trabalho e pelo comércio” (NOVINSKY, 2015, p.39), e também “o que alimentava as chamas do ódio dos cristãos-velhos contra os novos eram menos suspeitas de recaídas ou de fraudes de conversos que suas insolências sociais ou políticas.” (SHAMA, 2015, p. 313). Dessa maneira, se estabelecia as primeiras distinções entre os cristãos e os judeus conversos algo que irá se manter durante todo período de supressão de direitos ainda na Península Ibérica e posteriormente com a Inquisição no Brasil colonial.

O historiador Simon Shama relata que nesse momento de intolerância e perseguição aos judeus alguns usavam até os aromas de alimentos para distinguir um cristão-velho e um cristão-novo, ele assim relata a forma que um padre chamado Andrés Bernáldez “farejava” os conversos ainda simpatizantes com o judaísmo:

As narinas do padre-cronista Andrés Bernáldez, nada amigo dos judeus, farejavam sem parar um vestígio revelador de “cebola e alho refogados em azeite em vez de toucinho”. Para ele, qualquer coisa frita em azeite cheirava mal, tal como os judeus, com sua dieta. Só pelo cheiro de alho e de azeite podia-se detectar um converso que houvesse comido com judeus. E havia também a adafina, também chamada hamim, o cozido com feijão, ervilhas, carne e verduras que Bernáldez também achava desagradável e ao qual ninguém que o tivesse comido no sábado, quente ou frio, podia resistir. (SHAMA, 2015, p. 312)

Ao mesmo tempo que tinham que conviver com esse contexto turbulento, na Península Ibérica os judeus ganharam protagonismo também na ciência que envolve a navegação, tendo influência direta e indireta no processo dos descobrimentos durante os séculos XV e XVI como a Anita Novinsky irá bem explicitar;

A moderna ciência da navegação estava intimamente ligada aos judeus que tinham experiências como homens do mar e pilotos de navios. A navegação informal, sem bases científicas, foi transformada em um processo precioso com elaboração de equações matemáticas complexas e instrumentos inovadores. (NOVINSKY, 2015, p.24).

É importante citar que Novinsky (2015) enfatiza também que mesmo antes do Renascimento do século XVI já existia dentro da ciência judaica e no Talmude de Jerusalém a noção de que a terra era um globo e que o sol girava em torno dele. Do mesmo modo, cientistas judeus como Abraão bar Hiyya já traziam tratados sobre a matemática e astronomia desde o século XII, a Escola de Sagres fundada em 1417 pelo príncipe Henrique, o Navegador também trazia consigo uma parte da tradição e do conhecimento dos judeus no que concerne a arte da navegação, inclusive as primeiras explorações espanholas lideradas por Cristovão Colombo foram financiadas por dois judeus conversos, o Gabriel Sánchez e Luís de Santangél. Dessa maneira, observamos a influência direta judaica nos processos de explorações marítimas europeias e como isso vai desencadear o processo de colonização e exploração pelos europeus dos territórios recém descobertos nas Américas.

### **2.3- Estabelecimento e desenvolvimento da Inquisição Ibérica**

A partir de 1492 a perseguição aos judeus na Espanha foi oficializada pelos reis católicos D. Fernando de Aragão e Isabel de Castela; nesse contexto era exigido duas coisas: ou se convertiam ou eram expulsos do reino. Das comunidades judaicas que permaneceram, o rei exigiu pesados impostos, além disso, aos judeus que imigrassem para fora do território espanhol eram proibidos de levar quaisquer bens valiosos, muitos migraram para Portugal e outras partes da Europa e houveram aqueles que preferiram aderir a nova fé do que abandonar sua terra natal (SARAIVA, 1969). Segundo dados levantados pela historiadora Anita Novinsky<sup>15</sup> cerca de 90 a 120 mil judeus deixaram a Espanha nesse período. Em Portugal o rei D. João II, a priori, ofereceu estadia aos refugiados mediante o pagamento de uma taxa, entretanto logo viram que foram enganados pelo rei que inclusive ordenou que fosse tomadas as crianças entre 2 a 10 anos dos pais judeus e fossem levados a ilha de São Tomé (NOVINSKY, 2015). Na imagem abaixo vemos uma representação feita pelo pintor espanhol Emílio Sala desse acontecimento que ocasionou a expulsão dos judeus da Espanha.

---

<sup>15</sup> NOVINSKY, Anita. **Os judeus que construíram o Brasil: fontes inéditas para uma nova visão da história**. 2015, p.40.

**Figura 2-** Pintura denominada “Expulsão dos judeus da Espanha” (1889) de Emilio Sala.



Fonte: Página História das Américas<sup>16</sup>

O sucessor de D. João II que foi D. Manuel I se casou com a filha dos reis da Espanha a partir de uma cláusula de que ele expulsasse os “infieis” de Portugal (ROTH, 2001), ou seja, os árabes e os judeus assim como na Espanha ou se convertiam ou eram expurgados, em 1496 foi ratificada essa ordem e muitos fugiram do país, D. Manuel vendo a enorme leva de judeus que estavam saindo de Portugal ordenou a conversão forçada e os proibiu de sair do Reino (SARAIVA, 1969; KAYSERLING, 1971). Simon Shama discute como esse processo de expulsão dos judeus de Portugal pelo D. Manuel I esteve diretamente relacionado ao seu casamento com a filha dos reis da Espanha:

O sucessor de João II, dom Manuel I, não sabia com certeza se o reino mais se beneficiaria com a remoção ou a manutenção dos judeus, ainda que, qualquer que fosse sua decisão final, a religião deles tivesse de desaparecer. Sua decisão parece ter sido ditada pela política dinástica de casamentos, pois o preço imposto por Fernando e Isabel para que dom Manuel se casasse com a filha viúva deles, também chamada Isabel, foi que o rei português estendesse a expulsão dos judeus a toda a península Ibérica. (SHAMA, 2015, p. 326)

No Édito de Conversão foi dado aos mouros ainda a oportunidade de fugir, mas aos judeus não foi dada a opção, provavelmente essa distinção de tratamento se deve ao fato do receio de alguma nação mulçumana se vingar pelo tratamento dado a sua população na Espanha e em Portugal; já aos judeus não tinham quem os defendessem, deixando-os mais vulneráveis (NOVINSKY, 2015), “Naturalmente que [D. Manuel] não desejava perder os seus [dos judeus] serviços, se bem que, enquanto permanecessem fieis

---

<sup>16</sup> Disponível em: <https://historiasdasamericas.com/a-expulsao-dos-judeus-da-espanha/> Acesso em: 30 jul. 2023.

à sua religião ancestral, não lhe fosse possível admiti-los no Reino” (BACCI, 2017, apud ROTH, 2001, p. 57). Muitos foram os sofrimentos nesse momento para a população judaica, que preferiam morrer a abandonar sua fé. Esse contexto também fez florescer ainda mais o criptojudaísmo dentro dos lares, pois também o rei D. Manuel proibiu a investigações no interior das famílias (NOVINSKY, 2015).

Após a morte de D. Manuel I assumiu o trono de Portugal seu filho D. João III que prosseguiu ainda mais com a perseguição, inclusive procurando convencer o Papa a fazer um tribunal próprio para os cristãos-novos com o objetivo de controlar, punir e perseguir os convertidos (KAYSERLING, 1971; NOVINSKY, 2015). Assim, o Papa permitiu através de uma bula o estabelecimento do Santo Ofício da Inquisição que foi definitivamente autorizada no dia 23 de maio de 1536 pelo Papa Paulo III, começava-se então um dos períodos mais obscuros para a população judaica em sua história, antes do nazismo como Novinsky (2015) discute.

Antes de adentrar mais a fundo sobre a Inquisição ibérica e a perseguição aos judeus nesse período, é necessário nos atermos ao desenvolvimento desse departamento a serviço da Igreja Católica durante a Idade Média até a Era Moderna; toda discussão sobre a inquisição e seus métodos se embasa dentro do contexto das obras de (NOVINSKY, 2012, 2015, 2019), ela debate amplamente isso, não somente nas obras citadas, mas em grande parte de seus escritos sobre o Santo Ofício. Desde o século XIII a Igreja Romana vinha sofrendo com os constantes embates a seus dogmas, perpetrados por questionadores comumente denominados de hereges, vindo essa palavra do grego *hairesis* e do latim *haeresis*, que significava uma doutrina contrária ao que a Igreja definia no que concerne a fé. A historiadora Anita Novinsky demonstra o que é a heresia e como o poder eclesiástico atua para combater a mesma:

A heresia é uma ruptura com o dominante, ao mesmo tempo em que é uma adesão a uma outra mensagem. É contagiosa e em determinadas condições se dissemina-se facilmente na sociedade. Daí o perigo que representa para a ordem estabelecida, sempre preocupada em preservar a estrutura social tradicional. (NOVINSKY, 2012, p. 12).

A partir disso, a Inquisição encontrou base para atuar com o objetivo de proteger a fé católica das ameaças. Na Espanha e em Portugal isso se manifestou pela maneira como houve o combate intensivo aos judeus e aos mouros ali residentes. Como Novinsky (2012) enfatiza, não é possível definir uma data específica para o início da Inquisição, pois ela foi fruto de um longo processo, a partir do Concílio de Verona em 1184 a igreja

viu a necessidade de nomear bispos para irem duas vezes ao ano para investigarem paróquias suspeitas de heresias. Além do mais, é necessário constatar que a igreja não iniciou sozinha esse processo, foi de suma importância o apoio do poder temporal, ou seja, do Estado para que a caça aos hereges surtisse efeito.

Várias cruzadas foram feitas para combater contestadores dos dogmas católicos, a exemplo das expedições que ocorreram no século XIII contra os albigenses ou cátaros com o apoio do Papa Inocêncio III; ademais, algumas milícias contra os hereges se formaram como os liderados por Domingos de Gusmão, criador da ordem dos Dominicanos. Tanto a Inquisição medieval como a feita na Península Ibérica na Era Moderna se apoiavam em rumores e denúncias anônimas; esses ficaram conhecidos como “familiares” e auxiliavam os inquisidores na caça aos suspeitos, facilitando o trabalho; os acusados eram punidos das mais diversas maneiras, desde confisco de bens à morte na fogueira (NOVINSKY, 2012). Dessa maneira, podemos notar que a Inquisição passou por fases de desenvolvimento e não teve uma data específica de início, mas surgiu pela necessidade que a Igreja Católica tinha em manter seu poder eclesiástico e doutrinário sobre a população na Europa e nas colônias. Mais à frente será visto como isso afetou os marranos na Espanha e em Portugal e, posteriormente, no Brasil colonial.

Evidentemente, Novinsky discute que eram as denúncias que moviam a Inquisição e não foi diferente na Península Ibérica. De maneira majoritária, o denunciado sempre era considerado culpado, o réu passava por diversas dificuldades e tanto ele como sua família eram afetados diretamente por isso, sendo praticamente abandonados à miséria (NOVINSKY, 2012). Dentro do processo inquisitorial havia duas fases, a primeira consistia em fazer interrogatórios ao acusado e em questioná-lo sobre suas culpas, já o segundo momento era o julgamento que se baseava nas denúncias feitas a ele e no depoimento do réu; a decisão final era realizada pela Mesa da Inquisição (NOVINSKY, 2015).

Já nas celas, a situação dos presos era deplorável e a opressão era demasiada; as refeições eram feitas três vezes ao dia e eram oferecido carne de porco ou peixe de pele, alimentos estes considerados impuros pela Torá. Isso era servido para testar os cristãos-novos, bem como, nas fendas da cela era possível vigiar os acusados para ver se eles praticavam algum rito judaico, seja oração ou jejum (NOVINSKY, 2015). Já no que concerne aos interrogatórios, antes de se falar sobre a fé do indivíduo se perguntava sobre

os bens e dívidas, após isso tinha a sessão de genealogia, que envolvia uma pesquisa aos antepassados para saber se ele vinha de uma família de judeus, cristãos-novos ou mouros; em seguida, envolvia questionamentos sobre o batismo e crisma de seus familiares. Essa questão genealógica era importante, pois a partir dela os inquisidores poderiam ter alguma noção sobre as influências vindas de gerações passadas sobre o acusado e também constatar se ele sendo um cristão-novo não estaria se fazendo passar de um cristão-velho.

Após todo esse processo havia outra fase dos julgamentos, que era chamado de sessão *In Specie*. Essa parte correspondia em questionar o acusado se ele havia praticado alguma cerimonia judaica; algumas vezes, os inquisidores perguntavam se ele havia buscado na Lei de Moisés a salvação de sua alma, se orava sem citar o nome de Jesus, se guardava o sábado ou a Páscoa dos judeus. Além disso, o réu deveria declarar se ele ou qualquer outro conhecido praticava alguns costumes como varrer a casa às avessas, enterrar os falecidos em terra virgem e cova profunda, se ao abençoarem as crianças colocava as mãos sobre suas cabeças ou se evitavam comer algum animal impuro como porco, coelho e peixe de pele. Também havia o libelo, que era a junção de acusações feitas ao réu. Após isso, se fazia várias sessões de interrogatórios com o objetivo de fazer o indivíduo confessar suas culpas, se ele se negasse a confessar, poderia pegar a pena máxima, como também, deveria delatar o nome de familiares, conhecidos e até de falecidos (NOVINSKY, 2015).

Ademais, Novinsky (2015) prossegue dizendo que a tortura era um método muito usado para fazer o réu falar. O Tribunal de Lisboa usava a prolé e o proto, que eram duas formas de torturar fisicamente o indivíduo, uma deslocava-se os ombros, depois que ele era preso em uma corda e balançado violentamente e o outro prendia-se o acusado em uma bancada e o amarrando com cordas, que quando acionada por manivelas estrangulava as articulações. Ao fim das confissões era emitido a sentença, antes era feito a sessão de crença, na qual o réu admitia a qual credo pertencia; para os cristãos-novos a maioria de suas sentenças eram a prisão e o hábito penitencial perpétuo, onde era definido um novo local que os condenados deveriam viver a partir de então.

Por outro lado, eles eram obrigados a vestir durante o restante de suas vidas uma roupa de sacos com a cruz de Santo André, conhecido como “sambenito”; essa vestimenta foi usada pela Inquisição espanhola tanto para marcar os condenados como também os que aceitavam os seus delitos perante a igreja (NOVINSKY, 2015). O tipo de sambenito

variava de acordo com as sentenças, os que eram condenados usavam uma roupa cheia de símbolos como dragões, demónios ou outros simbologias macabras, já os que haviam se reconciliado com a igreja recebiam um sambenito branco com uma cruz vermelha de Santo André, outras punições poderiam ocorrer como trabalhos forçados e até o exílio para terras longínquas.

**Figura 3-** A roupa de saco o “sambenito”



Fonte: Página El Español<sup>17</sup>

Ao fazer a confissão, o réu também corria o risco de não satisfazer os inquisidores, se isso ocorresse o braço secular seria relaxado, ou seja, a partir desse momento o poder civil tomaria as rédeas e executariam a sentença que era a fogueira em praça pública (NOVINSKY, 2015). É importante também destacar que o acusado era responsável pelos gastos que a Inquisição teve em seu processo, por isso era necessário ele quitar todos os seus débitos, seja com o confisco dos bens ou através de outros meios, após isso ele deveria ser apresentado aos Autos de fé que eram rituais de penitência pública onde os nomes dos considerados hereges eram apresentados e nesse momento era concedido a eles a oportunidade de aceitar seus erros e deixar de lado suas crenças heréticas. Novinsky (2015) afirma que os sermões proferidos nesses autos eram completamente propagandísticos, e tinham como foco apresentar a oportunidade deles, forçadamente, aceitarem Jesus como o messias, de igual modo, esses Autos de fé eram verdadeiros momentos de “diversão” para a população:

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.elespanol.com/treintayseis/articulos/cultura/la-historia-de-los-sambenitos-de-tui-los-unicos-conservados-de-la-inquisicion-en-espana>. Acesso em: 23 jul. 2023.

E a Inquisição também inventou, num grau jamais visto desde os romanos, o espetáculo de punição pública como diversão de massa. Os dias de auto de fé foram declarados dias festivos e feriados, para que o maior número possível de pessoas pudesse assistir à procissão dos condenados impenitentes que não se reconciliavam com a Igreja. (SHAMA, 2015, p. 319)

Para aqueles que aceitassem a palavra proferida, era “abrandada” a pena, sendo-lhes exigida que eles participassem de uma instrução religiosa que os reintegrassem a Igreja Católica. Como resultado, eles teriam que usar o sambenito e apresentar-se regularmente a Inquisição que nunca absolvía o réu. Já aos que se recusassem a se curvar a autoridade eclesiástica da igreja não lhes restava outra opção a não ser a fogueira, nos queimadinhos em praça pública eram mortos pelo fogo que era usado com a função de purificar as almas dos condenados permitindo-os a salvação (NOVINSKY, 2015).

Dentro desse contexto abarcado, observamos que a Inquisição Ibérica teve uma exclusividade que foi o foco nos cristãos-novos que mesmo após convertidos ainda continuavam sendo suspeitos. Apesar do contexto pela Europa não ser o mais favorável aos judeus, na Península Ibérica esse cenário se torna ainda mais excludente, como Novinsky (2015) também irá demonstrar, muitos foram perseguidos unicamente por terem uma ancestralidade judaica. O historiador português Antônio José Saraiva irá ajudar a entender esse cenário ao afirmar que: “É na Espanha e só na Espanha que os judeus convertidos constituem, de forma sistemática e durável, matéria de investigação e perseguição inquisitorial.” (SARAIVA, 1969, p. 16).

Isso vai se intensificar não somente por um motivo religioso, mas também econômico. Desde o período do domínio dos mouros na Espanha e em Portugal, os judeus eram destaque no campo da economia e isso causava desconforto em certos postos dessa sociedade ibérica, sendo ainda evidente pela maneira que a Inquisição irá agir no Brasil entre os séculos XVI e XVIII, focando nas regiões mais abastadas do território. A Inquisição, nesses territórios, buscou o judeu que mesmo após sua conversão ainda era considerado perigoso (NOVINSKY, 2015); a própria imposição deles de usarem a vestimenta obrigatória e se apresentarem de tempos e tempos ao tribunal era uma evidência do caráter discriminatório que existia em todo processo.

#### **2.4- Diáspora judaica pelo mundo: a fuga da Inquisição**

O terror causado pela inquisição gerou uma fuga em massa dos cristãos-novos, que acabaram partindo para as mais diversas partes do mundo a fim de poderem recomeçar

suas vidas em relativa paz. Todavia, nem todo país recebeu bem essa leva de judeus, pois eles, em alguns locais que chegaram, foram segregados como Novinsky (2015) afirma, a exemplo do que ocorreu na Itália e a formação dos guetos influenciados pela repulsa de parte do clero católico a esses imigrantes; uma evidência disso foi que já no início do século XVI o Papa Paulo IV havia decretado que os judeus que vivessem nos estados papais deveriam ser confinados em guetos. Esse mesmo papa prosseguiu com a Inquisição na Itália dando seguimento a mesma conduta que os países ibéricos tomaram.

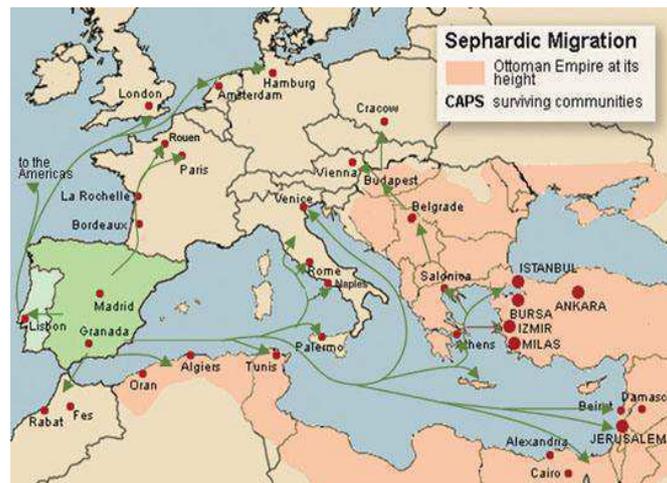
Nesse contexto, houveram muitas resistências a esse processo. Um exemplo disso foi de uma marrana influente citada por Novinsky (2015) chamada Gracia Mendes; ela era portuguesa da cidade de Lisboa e trabalhou como banqueira e diplomata, ficando conhecida por proteger muitos judeus da morte, e também liderou um embargo no porto de Ancona<sup>18</sup>, aproveitando seus contatos para salvar vários cristãos-novos que partiam escondidos em navios de carga para outras partes do mundo, principalmente para o Império Otomano que alguns anos antes durante o reinado do Sultão Suleiman I, o Magnífico, recebeu muitos refugiados. Segundo dados<sup>19</sup> até o ano de 1550 cerca de 200 mil judeus partiram para lá e conseguiram prosperar como uma comunidade bem estabelecida, usufruindo da liberdade e da tolerância oferecida, além disso, segundo Vainfas (2010) os sultões otomanos viam com bons olhos a presença dos comerciantes judeus em seu país, eles poderiam ficar desde que pagasse as devidas taxas. No mapa abaixo podemos notar as migrações sefaraditas para as mais diversas partes da Europa e até para o Oriente Médio com destaque ao Império Otomano.

---

<sup>18</sup> Cidade italiana localizada no litoral, durante a idade média foi uma importante república marítima, existem registros que constam a presença judaica nessa cidade desde o século X.

<sup>19</sup> NOVINSKY, Anita. **Os judeus que construíram o Brasil: fontes inéditas para uma nova visão da história**. 2015, p. 82.

**Figura 4-** Mapa mostrando as migrações sefaraditas após a expulsão da Península Ibérica



Fonte: Cátedra Judaica da PUC-SP<sup>20</sup>

A historiadora Novinsky (2015) também retoma a importância de algumas cidades pela Europa como locais de refúgio para essa população em fuga, citando o exemplo de Hamburgo na Alemanha, onde floresceu uma grande comunidade judaica. De igual modo, outros locais da Europa foram destino de fuga dos judeus como a Inglaterra, a França, a Bélgica, os Balcãs e o leste europeu onde eles tiveram contato com os asquenazitas residentes ali a séculos, além disso, a cidade holandesa de Amsterdã recebeu outra leva de marranos que se desenvolveram graças a tolerância dos mesmos aos imigrantes.

Lá a comunidade prosperou de forma perene economicamente, socialmente e culturalmente, sendo a Holanda naquele momento um dos melhores locais para se viver longe da Inquisição. Os cristãos-novos puderam reviver sua antiga fé novamente e conviver com o ensino da Torá nas sinagogas sem intolerância ou perseguição estatal, como havia na península ibérica; Levy (2018) irá afirmar a simbiose cultural vivenciada pelos judeus na Holanda, lá eles podiam assinar seu nome cristão com o nome judaico, essa mesma autora irá afirmar que em Amsterdã essa comunidade irá ser até mais aceita do que os católicos. Os calvinistas que regiam o território viam os judeus como hebraístas, ou seja, herdeiros de uma herança hebraica que inclusive poderiam remete-los as escrituras sagradas, sobretudo, o Antigo Testamento, isso unido ao novo espírito interpretativo da Bíblia que a Reforma Protestante irá trazer.

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www5.pucsp.br/catedrajudaica/atividades/palestras.html>. Acesso em: 07 out. 2023

Outro destaque que Novinsky (2015) também traz é que naquele contexto os marranos prosperaram com o comércio de açúcar, influenciados pela posição dos holandeses na rede internacional na produção açucareira, inclusive sendo nesse momento do século XVII que na colônia holandesa no nordeste brasileiro irá se desenvolver uma fecunda comunidade judaica, que também vão ter na comercialização desse produto a renda para conseguirem viver pelas terras do novo mundo; no entanto, isso é algo que será melhor trabalhado mais a frente, com a análise da realidade marrana na colônia.

Em seguida, Novinsky (2015) prossegue afirmando que a intelectualidade irá fluir nesse contexto com muitos autores sefaraditas escrevendo obras de cunho cultural; como peças de teatro, temos o exemplo de Daniel Levi de Barrios e Joseph Penso de la Veja, que eram originários da Espanha e encontraram liberdade para escrever em Amsterdã. Para conservar suas tradições e identidade a comunidade judaica adotou uma rigidez doutrinária, causando conflitos com aqueles que não eram tão dogmáticos em relação a sua fé, sendo esses os casos de Uriel da Costa e Baruch Spinoza famoso filósofo de origem sefaradita, ambos negaram o rigor rabínico e algumas doutrinas como a imortalidade da alma, a tradição talmúdica, além de tecerem críticas a Torá, como resultado disso foram excomungados e começaram a serem mal vistos pela comunidade judaica. Todos esses conflitos geraram mudanças na mentalidade dos cristãos-novos e como Anita Novinsky bem demonstra ao afirmar que:

Os cristãos-novos se converteram em “judeus-novos”, e a comunidade que fundaram refletia o paradoxal processo de secularização, dando início à modernização do judaísmo europeu. (NOVINSKY, 2015, p. 76).

No Brasil, a conquista holandesa do Nordeste fará com que muitos dos judeus que viviam as exclusas da sociedade possam voltar a sua fé antiga; a comunidade judaica verá uma luz durante alguns anos e se desenvolverá na colônia. Autores como Ronaldo Vainfas em sua obra *Jerusalém colonial: judeus portugueses no Brasil holandês* (2010) e Daniela Levy em seu livro *De Recife para Manhattam: os judeus na formação de Nova York* (2018) vão explorar mais a fundo o que ocorreu durante esse período e a formação da mentalidade judaica colonial nesse ambiente mais tolerante, algo que será melhor analisado no capítulo seguinte.

## CAPÍTULO 3

### O MARRANISMO E AS CONTRIBUIÇÕES HISTORIOGRÁFICAS DE ANITA NOVINSKY PARA A COMPREENSÃO DESSE FENÔMENO

#### 3.1- Chegada dos marranos ao Brasil e seu desenvolvimento no comércio do açúcar

Nesse contexto, citado no capítulo anterior de perseguições e fugas em massa que ocorreram durante os períodos do século XVI e XVII, muitos marranos não tiveram opções a não ser partir para terras longínquas as quais nunca tinham ouvido falar antes; é também durante esse período que está ocorrendo as grandes navegações e as descobertas de novas terras por partes dos europeus na América. As portas do Novo Mundo se abriram aos cristãos-novos e esse lugar desconhecido se tornou um ponto de refúgio durante um tempo considerável. Ao chegarem ao Brasil tiveram que enfrentar o desafio de refazerem suas vidas e também procurar manter sua identidade em meio a toda turbulência sofrida. Anita Novinsky irá afirmar que, “o Novo Mundo inicia-se juntamente com a era dos cristãos-novos e o fim do judaísmo ibérico”. (NOVINSKY, 2019, p. 77).

O rei de Portugal D. Manuel, sobretudo, não se interessou pelas terras recém descobertas, pois não haviam ainda encontrado ouro ou outras pedras preciosas (NOVINSKY, 2015); o Brasil ficou um período de mais de 30 anos sem exploração considerável por parte dos europeus, após a ameaça de outros povos como os franceses, que não reconhecia o Tratado de Tordesilhas (FAUSTO, 2006) e o aumento da exploração do pau-brasil é que os portugueses vão intensificar ainda mais o processo de colonização e interesse comercial e econômico da terra do Brasil.

Em tal cenário, no Brasil irá se estabelecer um sistema econômico baseado na agricultura, motivados principalmente pelo comércio açucareiro que irá ser expandido pelo nordeste brasileiro. Além disso, Portugal ainda contava com a concorrência da Holanda a nível internacional desse produto, que possuía o monopólio do refino do açúcar, algo que mais a frente irá causar conflitos entre os dois países (NOVINSKY, 2015). As terras do Brasil irão ser divididas em lotes, que serão entregues aos donatários que em sua maioria eram nobres. Esse sistema ficará conhecido como as capitânicas hereditárias, como Fausto (2006) bem analisa, o sistema introduzido na colônia será o de *plantation*, termo esse importado dos ingleses que irá se caracterizar pelo uso do latifúndio, a monocultura, o uso da mão de obra escrava e uma produção voltada ao

mercado externo (NOVINSKY, 2015). O cristão-novo fará parte desse processo, sobretudo, pelo seu envolvimento na agricultura que virá desde o período em que residiam na Península Ibérica.

Ao chegarem ao Brasil durante os séculos XVI e XVII, os marranos viam a então colônia como um refúgio e uma terra prometida onde eles poderiam de maneira mais segura fugir das perseguições impostas pela Inquisição católica ibérica. Chegando ao Brasil, muitos desses judeus sefaraditas se envolveram diretamente com a agricultura e com a recém implantada indústria açucareira. Anita Novinsky fala que:

(...)os primeiros engenhos de cana-de-açúcar foram montados quase sempre por “judeus industriais, fugidos à fúria religiosa da metrópole e de operários de São Tomé e Madeira, conhecedores do processo.” (NOVINSKY, 2015, p.104, grifo do autor).

Dessa maneira, muitos dos refugiados participaram diretamente dessa cultura, pois era um negócio lucrativo e porque já se tinha uma tradição agrícola vinda por parte deles. “Em geral os cristãos-novos chegavam ao Brasil sem recursos, mas, uma vez estabelecidos, e bem-sucedidos, procuravam negociar o açúcar que produziam.” (NOVINSKY, 2015, p.108). Além disso, foi no Engenho de São Vicente, um dos primeiros locais onde foi constatado a ocorrência de práticas judaicas; o dono desse local era o capitão-mor Jerônimo Leitão que era casado com Inês Castelo, a mãe dela havia sido chamada pelo Santo Ofício e era uma fervorosa judaizante (NOVINSKY, 2015).

Dentre os engenhos de açúcar que existiam durante os séculos XVI e XVII no Brasil, uma parte considerável era gerida por cristãos-novos, segundo Novinsky (2019) cerca de 60% dos engenhos de açúcar na Bahia pertenciam aos marranos. Nesse momento, ela também afirma que durante esse período o território baiano era o local onde mais se residiam judeus conversos na colônia. Um exemplo no Nordeste citado por Novinsky (2015) é o Engenho de Santiago de Camaragibe em Pernambuco, pertencente a Diogo Fernandes que era casado com Branca Dias; eles dois fizeram a primeira comunidade de cristãos-novos do Nordeste conhecida como Comunidade de Camaragibe, com efeito, foram denunciados a Inquisição por serem considerados judeus secretos. Nesse grupo existia um famoso dono de engenho na Paraíba, que também era mercador em Olinda, o João Nunes, um homem de muitas posses e considerado um dos mais ricos de sua época.

Tendo em vista esse processo, Novinsky (2015) e Fausto (2006) também enfatizam que um dos primeiros grupos de homens que chegaram na América Portuguesa foram liderados pelo cristão-novo Fernando de Noronha, que recebeu o arrendamento da terra do Brasil durante 10 anos, ele vinha com homens de negócios e eram em sua maioria também cristãos-novos. Além do mais, muitos dos judeus marranos que saíam da Península Ibérica eram pessoas de boas condições financeiras, isso permitiu que eles pudessem se estabelecer em engenhos e negociarem de forma bastante satisfatória o açúcar que era naquele momento um produto lucrativo. A agricultura foi a base da civilização brasileira naquele momento e a figura do judeu converso era de suma importância nesse contexto, sendo essa a atividade mais praticada deles durante todo o período colonial.

A partir do século XVII, o Nordeste brasileiro passaria por uma série de conflitos militares que resultariam na conquista holandesa do Recife. Em 1630 essas expedições avançariam, bem como nos anos seguintes estabeleceriam uma nova organização que se destacaria pela tolerância. A Holanda se aproveitou da situação política de Portugal, que após a União Ibérica se enfraqueceu afetando diretamente a administração em suas colônias (VAINFAS, 2010). Uma das primeiras iniciativas do novo governo foi instituir a liberdade de culto e de consciência para os moradores da colônia, isso beneficiou diretamente os judeus que ali viviam como bem expressa a historiadora Daniela Levy:

Para os judeus, a liberdade de consciência e o culto foram garantidos desde o início da ocupação. E isso representou uma ampla oportunidade de negócios, pois, como os holandeses ainda não falavam português e os portugueses não falavam holandês, os sefaraditas, além de tradutores tornaram-se intermediários nos negócios, recebendo uma porcentagem de valor da transação comercial. (LEVY, 2018, p. 50-51)

Além disso, os marranos sobre domínio holandês também prosperavam na indústria açucareira. Muitos deles eram senhores de engenho e viviam nos litorais, além de serem donos de escravos e faziam diversos comércios na área da manufatura e ourivesaria. Com a liberdade religiosa promovida pelos holandeses, os cristãos-novos puderam se expressar mais abertamente na sociedade, alguns até voltaram para sua antiga religião judaica, outros preferiram permanecer cristãos. Nesse contexto, em Recife, por exemplo, em 1636 foi construída a primeira sinagoga das américas, chamada Kahal Zul Israel; alguns rabinos vindos de fora inclusive chefiaram a sinagoga, a exemplo de Isaac

Aboad da Fonseca<sup>21</sup> que foi enviado de Amsterdã para Recife (LEVY, 2018). Ademais, Vainfas (2010) discute que a sinagoga foi construída na então nomeada “Rua dos Judeus”, que antes se chamava “Rua do Bode”, a qual abrigava inclusive alguns judeus comerciantes. Atualmente, essa rua fica na parte antiga da cidade do Recife e foi renomeada no século XIX para “Rua do Bom Jesus”, nas imagens abaixo podemos ver as fotos da placa da antiga Rua dos Judeus e da sinagoga construída nessa mesma rua.

**Figura 5-** Foto da placa que indica onde ficava a antiga Rua dos Judeus em Recife.



Fonte: Brasiliana Fotográfica<sup>22</sup>

**Figura 6-** Foto da primeira Sinagoga das américas a Kahal Zul Israel construída em 1636 em Recife.



Fonte: Folha de Pernambuco<sup>23</sup>

<sup>21</sup> Foi um rabino e intelectual sefardita português do século XVII

<sup>22</sup> Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=rua-dos-judeus> Acesso em: 18 out. 2023.

<sup>23</sup> Disponível em: <https://www.folhape.com.br/especiais/guia-recife/localizado-no-bairro-do-recife-sinagoga-kahal-zur-israel-e-o-primeiro/266624/> Acesso em: 30 ago. 2023.

Alguns cristãos-novos a tempos estavam longe do judaísmo e com a conquista holandesa, puderam de certa forma voltar a sua religião ancestral; a esses, ficou denominado o termo “judeu novo”, eles também passavam pela dificuldade de enfrentar uma identidade dupla, ou seja, a cristã e a judia, muitos desses não deixavam de serem cristãos-novos como o historiador Ronaldo Vainfas explica:

Os “judeus novos” tinham muito de marranos, pois não deixavam de ser cristãos-novos, exceto por um fato capital: eles tinham ultrapassado a fronteira do catolicismo, viam-se como judeus, esforçavam-se por cumprir os preceitos judeus e, sobretudo, passaram a crer na “lei de Moisés” como o único caminho para a salvação. (VAINFAS, 2010, p. 171, grifo do autor)

Os conflitos mentais já existiam na mente do judeu, mesmo quando ele teve a oportunidade de voltar a sua antiga fé durante o domínio holandês, do Nordeste brasileiro. Entretanto, se sentiam retraídos justamente pelo tempo que estiveram distantes de suas tradições ancestrais, uma vez que se convertiam forçadamente ao catolicismo, mas ainda se sentiam judeus. Essa questão será melhor debatida mais a frente, quando será tratado a ambiguidade existente na mente marrana e como a historiadora Anita Novinsky trouxe uma nova leitura sobre esse conceito.

Nesse sentido, observamos que a realidade dos judeus durante o período colonial variou bastante, dependendo do momento e do contexto que eles viviam, tendo-se em conta as diversas mudanças políticas que a colônia passou, principalmente durante o século XVII e as conquistas holandesas do Nordeste brasileiro. Os marranos passaram por todo esse processo turbulento, ora sendo perseguidos, ora tendo uma liberdade relativa no domínio holandês, entretanto, a vida deles continuava delicada, pois tinham que viver na clandestinidade tanto em Portugal como no Brasil.

### **3.2- O marranismo: um movimento de ambiguidades**

Ao longo do presente trabalho, tenho tratado sobre o desenvolvimento de todo o processo histórico os quais os judeus ibéricos passaram, sendo esse um ponto necessário, pois só entenderemos o marranismo se buscarmos na história os motivos de sua origem e prosseguimento no decorrer dos séculos. Para falar desse conceito, o aporte teórico de Anita Novinsky é de suma importância, ela é uma das pioneiras do estudo do “ser marrano” no Brasil e dentro de sua obra vamos observar o quanto ela trata esse movimento como ambíguo, ou seja, abordando as dualidades e conflitos existentes na mente do judeu converso. O marranismo não surge no Brasil colonial, mas como já

explicitado no trabalho, foi fruto da perseguição e intolerância vinda da Península Ibérica. O homem marrano nasce e se desenvolve nesse contexto e entenderemos em seus detalhes as características desse transcurso.

Anita Novinsky foi uma especialista no Brasil no estudo dessa temática. Ela inaugura suas análises a partir dos anos 70 no contexto da abertura das fontes da Inquisição, tendo como primeira obra um estudo mais aprofundado sobre o marranismo, através do livro *Cristãos-novos na Bahia: a Inquisição* (1972), é nesse seu escrito clássico que ela expõe o conceito do “homem dividido” para representar o homem cristão-novo colonial, e essa definição irá permear em grande parte de suas obras. Ademais, Novinsky (2001) afirma que a partir dos anos 90 também houve um maior incentivo e motivação ao estudo da Inquisição por parte dos historiadores, motivados pelo quinto centenário da expulsão dos judeus da Espanha (1492-1992) e ela está ambientada nesse processo. Como já citado antes no trabalho, a palavra “marrano” era um termo pejorativo que fazia relação a carne de porco para definir o judeu converso ao cristianismo, que ainda mantinham certos costumes da sua antiga fé; isso surgiu no contexto das perseguições ibéricas e se manteve no período colonial no Brasil:

O conceito de marranismo foi, durante muito tempo, limitado pelos historiadores aos conversos espanhóis. Marrano é um termo pejorativo, ofensivo, usado na Espanha para designar os Judeus convertidos ao catolicismo que praticavam ocultamente a religião judaica. (NOVINSKY, 1996, p. 31)

Em suas análises, Novinsky (2015) enfatiza o quanto foi doloroso para os judeus terem que passar uma nova diáspora da Espanha e Portugal para o mundo. A Inquisição reproduziu na mente desses indivíduos um sentimento de ambiguidade, gerado pelo abandono forçado de sua identidade, como a historiadora Raquel de Castro Hogemann irá explicitar:

Eles queriam ser identificados socialmente enquanto cristãos-novos, colocando em prática suas novas identidades, não católicas, em virtude da não aceitação por parte dos cristãos-velhos, e nem judaica, dada a intolerância que os cercavam. (HOGEMANN, 2006, p. 3)

Nesse contexto, Novinsky (2015) continuará demonstrando que o ódio aos conversos era maior do que quando eles eram judeus e isso permeará a partir do momento em que ainda no século XV serão criadas leis antijudaicas, que terão como objetivo desmobilizar a comunidade na Espanha e em Portugal, tirando-lhes o direito de viverem suas tradições, seus costumes, suas festas e de terem direito a irem a suas sinagogas e escolas; em suma, tirou tudo que fazia suas vidas terem sentido como judeus. A partir de

então, esses indivíduos teriam que conviver com o vazio gerado pela supressão radical de seus direitos e desse momento em diante, “precisam construir uma nova identidade, que não era nem cristã, nem judia, e passaram para um “outro lado” da vida.” (NOVINSKY, 2015, p. 110, grifo do autor).

Os cristãos-novos portugueses serão considerados estrangeiros em sua própria pátria e não verão outra alternativa, pois um racismo institucional regerá as normas do Estado, criando leis discriminatórias e perseguindo-os unicamente por serem judeus. Ao chegarem ao outro lado do Atlântico, eles irão buscar renascer em meio as cinzas das perseguições e tentar retomar suas vidas se envolvendo diretamente com o comércio do açúcar e outros negócios, como já foi falado antes no decorrer do capítulo; entretanto como a legislação oficial os suprimia, isso gerará um sentimento de alteridade e dualidade na mente deles (NOVINSKY, 2019).

Além disso, a historiadora também traz uma reflexão que para entender o universo mental marrano, bem como ele vai se formar, se faz necessário nos atermos a como foi cruel e desumano a saída deles de seu lugar de origem, desde o decreto dos reis católicos da Espanha Fernando e Isabel, que proibia qualquer manifestação de judaísmo no seu país. Os reis não levaram em conta a enorme contribuição dos judeus em diversas áreas como na economia, na política, na cultura e tantas outras. Ademais, há séculos eles residiam na Península Ibérica, então suprimir uma cultura milenar e reprimir qualquer manifestação desta traumatizou de uma maneira radical sua mentalidade, que como também será abordado mais a frente, causará um afastamento de todo tipo de religiosidade, gerando um sentimento único e específico que marcará a mentalidade marrana. Ao chegar ao Brasil essa nova mentalidade criará uma inovadora marca, Novinsky (2019) define o marranismo como um movimento extremamente original que se desenvolve em um contexto de multiculturalidade que marcava o Novo Mundo, seguindo atitudes e comportamentos que se diferiam do seu passado original. Em relação a isso ela também afirma que:

O novo habitat moldou um novo homem. O vasto continente, a selva, o clima, as diferentes culturas, o medo dos nativos, das moléstias, a luta pela sobrevivência, criaram uma psicologia que condicionou os cristãos-novos a realizarem empreendimentos inconcebíveis em outro contexto. Criou-se também um novo marranismo influenciado pelas novas condições de vida. (NOVINSKY, 2019, p. 87)

Em seu estudo de fontes, a Anita também pôde constatar que na história do Brasil os cristãos-novos não estavam escondidos, mas representavam uma parte bastante influente da população na colônia. Novinsky (2019) fala que um viajante francês do século XVII afirmou que 3/4 dos residentes no Brasil eram judeus, e temos alguns exemplos, como do bandeirante Raposo Tavares, que explorou as terras do interior brasileiro até então desconhecidas dos colonizadores e também o Padre Antônio Vieira, um exímio orador que defendeu os cristãos-novos contra a conversão forçada que existia sobre ele. Anita escreveu que “Vieira sabia que muitos cristãos-novos sacrificados em Portugal eram completamente inocentes do crime de judaísmo” (NOVINSKY, 2007, p. 22), além disso, ele também teceu críticas a escravatura, a alguns sacerdotes de sua época e a própria Inquisição, inclusive a historiadora escreveu um livro sobre ele cujo título é *A luta inglória do Padre Antônio Vieira* (2021), sendo essa a última obra ela fez antes de seu falecimento.

Ao tratar do termo “marrano” tradicionalmente a historiografia direciona o estudo para o sentido de criptojudeu, ou seja, um judeu que se converte ao cristianismo, mas que não abandona sua antiga fé e isso é afirmado por Anita ao dizer que, “A historiografia estrangeira e também nacional, nos estudos sobre o marranismo tem priorizado o criptojudaísmo” (NOVINSKY, 2019, p. 11). Entretanto, Novinsky inova essa terminologia ao trazer novas pontes de análises não se limitando a ver o marranismo resumido somente ao criptojudaísmo tradicionalmente empregado. A interdisciplinaridade aplicada aos estudos desse tema extrapolou os limites antes estabelecidos inclusive trazendo o interesse de outras áreas, Novinsky (2015) afirma que filósofos como Richard Popkin, psicanalistas como Antônio Damásio e antropólogos como Nathan Wachtel contribuíram no campo de estudo sobre o marranismo mostrando que essas análises não estavam somente limitadas ao campo da história.

Por essa razão, Anita Novinsky traz para a historiografia um novo direcionamento ela afirma<sup>24</sup> que através da consulta as fontes ela pôde observar uma aproximação a outro conceito o “submarranismo” que ela trouxe de um filósofo francês chamado Edgar Morin ele e outro pesquisador chamado Jacques Derrida fizeram estudos sobre o cristão-novo desde daquele judaizante até o descrente trazendo novas compreensões sobre o fenômeno marrano e suas implicações no universo mental dos mesmos, além disso, contribuindo

---

<sup>24</sup> NOVINSKY, Anita. *Os Cristãos-novos no Brasil colonial: reflexões sobre a questão do marranismo*. 2001, p. 69.

para ver o marranismo não somente como um fenômeno dos séculos XVI, XVII e XVIII, mas que extrapola o tempo e que chega até o presente sendo ele um ser atemporal (NOVINSKY, 2015), o próprio Edgar se considera um neo-marrano e segundo Novinsky o que ligou Morin a esse conceito foi:

(...) a experiência psicológica complexa, que traz consigo uma dupla identidade, dilacerante e eventualmente criadora, fermento da superação dos dogmas das duas religiões, resultando uma postura interrogativa e crítica, à moda de Montaigne, e na busca de novos fundamentos, como em Spinoza. (NOVINSKY, 2001, p. 69)

Nesse sentido, ser marrano significava ser um judeu que ao mesmo tempo era um “não-judeu” um indivíduo que pertencia a um grupo que os excluía e eram excluídos de um grupo que pertenciam como Novinsky (2001) bem analisa. Nesse contexto, Novinsky importa alguns conceitos como *Judéité* e *Judaïsme* de outros autores como Albert Memmi e Hannah Arendt para explicar essa ambiguidade existente em alguns marranos:

O conceito de *judéité* foi introduzido por um historiador argelino, Albert Memmi. Hannah Arendt endossou o conceito de *judéité*, que designa uma existência da qual "não se pode escapar" e que se antepõe ao conceito de *judaïsme*, que é um sistema de crenças que se pode aceitar ou rejeitar. Hannah Arendt assumiu para ela própria o conceito de *judéité* e rejeitou o de *judaïsme*, que é um sistema de crenças. (NOVINSKY, 2019, p. 11, grifo do autor)

Nesse sentido, o marrano poderia ser um “Judeu não-judeu”, ou seja, alguém que etnicamente pertencia a esse povo, mas que ao mesmo tempo não seguia os preceitos religiosos do judaísmo, houveram aqueles que procuraram continuar sua religião e costumes, mas outros que decidiram viver longe de qualquer sistema de crenças, isso não os tornavam inocentes para a Inquisição, pelo contrário, ainda nessa condição eles eram suspeitos:

Quando interrogados pelos inquisidores, respondiam que “em nada praticavam o judaísmo”, mas se “identificavam” com a lei de Moisés. Os cristãos-novos viviam uma condição da qual não podiam fugir. Quisessem ou não, eles eram considerados judeus e suspeitos, mesmo rejeitando seu sistema de crenças. (NOVINSKY, 2019, p. 11, grifo do autor)

Dentro da sociedade dos cristãos-novos vindos de Portugal, a historiadora divide estes em três categorias. Existiam os marranos que seguiam alguns princípios judaicos, oravam, participavam de seus ritos e que acreditavam na redenção e vinda do Messias. O segundo grupo era formado pelos marranos que eram agnósticos ou céticos em relação a qualquer tipo de crença ou dogma, eles não eram criptojudeus, mas queriam ser identificados como judeus. E o terceiro grupo eram os assimilados que por convicção ou

interesse abraçaram a fé cristã e abandonaram sua antiga crença judaica (NOVINSKY, 2019).

Além do mais, Novinsky (2019) enfatiza que a historiografia também lidará com um vazio em relação a mentalidade e visão crítica de mundo dos marranos, o que as fontes inquisitoriais irão trazer é informações de como os cristãos-novos levantavam barreiras contra os dogmas e fanatismos dos inquisidores, e é a partir da análise desses documentos que podemos observar a construção de suas identidades através da resistência. Objetivando trazer novos entendimentos em relação a esse povo na colônia, Anita Novinsky desenvolveu na Universidade de São Paulo um projeto de pesquisa com o foco da vida religiosa, e o contexto socioeconômico dos cristãos-novos.

Nesses estudos Novinsky (2001) pôde constatar que no século XVIII na Bahia, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais entre 25 a 30% da população branca era marrana, além disso, nesse mesmo período em João Pessoa quase metade da população branca era de origem judia. Nas mais diversas partes do Brasil o marranismo se desenvolveu de maneira diferente, cada um possuindo suas peculiaridades. No Rio de Janeiro a exemplo, os indivíduos de origem judaica procuraram se misturar ao restante da sociedade cristã; no Norte esse fenômeno ocorreu diferente, na isolada região rural da Paraíba os cristãos-novos que viviam trabalhando nas grandes fazendas guardaram as suas tradições judaicas transmitindo-as de geração para outra, sendo o criptojudaísmo nesse contexto, bem forte (NOVINSKY, 2001).

Em Minas Gerais a busca pelo ouro em meados do século XVIII fez com que um grande fluxo de pessoas das mais diversas regiões da colônia migrasse para lá em busca de novas condições de vida. Nesse contexto, Minas se torna um grande centro do marranismo. Novinsky (2001) cita que lá se desenvolveu uma sociedade “plurimarrana” e que as diversidades de comportamentos eram uma marca do que ocorria nessa região. Em Ouro Preto, uma das cidades mais ricas do Império Português no século XVIII, existia segundo Novinsky, uma sociedade marrana clandestina com mais de 300 membros e desses, 56 foram presos e levados a Portugal pelo Tribunal do Santo Ofício, acusados de praticar judaísmo<sup>25</sup>. Em seu pequeno ensaio denominado “Ser marrano em Minas

---

<sup>25</sup> NOVINSKY, Anita. **Os Cristãos-novos no Brasil colonial: reflexões sobre a questão do marranismo**. 2001, p. 72.

colonial” publicado pela Revista Brasileira de História<sup>26</sup>, a autora leva em conta a análise dos documentos inquisitoriais que até então não eram usados pelos historiadores; ela discute que eles minimizavam a presença judaica em Minas, considerando-a rara e mostra que as fontes afirmam o contrário, demonstrando que o marranismo estava bem vivo nessa região.

### **3.3- No que cria os marranos**

Discutir a crença marrana não é algo simples, pois não estamos lidando com uniformidades. O marranismo não se demonstra como algo fechado e, ao falar sobre esse conceito, como já amplamente discutido no decorrer do trabalho, não nos limitamos a analisar apenas um marranismo; o certo é discutir “os marranismos” que poderiam diferir em um mesmo meio social, em uma mesma família e até entre marido e mulher e seus filhos. Sendo um movimento de várias peculiaridades, a diversidade marcou a mentalidade do converso e como Novinsky (2019) expõe, conhecer as nuances da mente marrana é, de fato, um desafio. Todavia, ao conhecer os documentos da Inquisição Anita percebe uma tônica que se forma na mente do cristão-novo: a formação de uma alma dividida; ou seja, o conceito que ela cria do “homem dividido” vem à tona demonstrando que esses indivíduos formaram um “mundo novo” e viveram nele mesmo com todos os antagonismos que os cercavam, e isso com certeza foi a base para que possamos entender que essas dualidades fizeram parte das crenças que rodeavam os marranos, sendo esse processo essencial para que compreendamos a sua marca identitária.

Ao assimilar esse contexto, percebemos também a construção da mentalidade marrana as “escuras” da sociedade brasileira. Muitos deles sentiam culpa por viverem como cristãos e idolatras; esses já não tinham mais acesso aos ensinamentos sobre o judaísmo, pois boa parte das obras judaicas eram censuradas pelo Index<sup>27</sup>, aliás, a própria Bíblia em português era proibida; os conversos tinham que fazer muito esforço para conseguirem ter os livros que queriam, sobretudo, o Velho Testamento (NOVINSKY, 2015).

---

<sup>26</sup> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/m9BHw96SxvbjZwVbkvfpqr/?lang=pt> Acesso 24 ago. 2023.

<sup>27</sup> Livros considerados heréticos, anticlericais ou lascivos que eram proibidos de circular pela Igreja Católica.

Não apenas, Novinsky (2019) enfatiza que toda essa supressão que houve com os marranos fez com que as gerações subsequentes começassem a ser influenciadas pelo catolicismo, milenarismo e ceticismo, a partir daí sua identidade começa a ser moldada por esses diversos ramos de pensamentos, inclusive chegando a se tornar sincréticos em relação a fé, misturando características da crença católica com a judaica, sendo muito comum entre o marranismo da população rural. Por sincretismo não estamos falando de uma aculturação ou acomodação dos marranos, mas sim de um processo que também podemos denominar por hibridização, um termo que Peter Burke e outros historiadores tomaram emprestado da biologia para definir as interações culturais existentes em uma sociedade. Para Burke (2010), esse processo é evidenciado através das várias áreas da cultura, a exemplo da própria religião que adquire características sincréticas.

Um exemplo desse sincretismo é a maneira como eles confundiam Jesus com Moisés e a rainha Ester com Nossa Senhora, como veremos mais adiante. Nesse sentido, Anita Novinsky fala sobre o sincretismo e como isso muitas vezes confundia a mente desses indivíduos:

Vivendo duas vidas e duas religiões, uma penetrando na outra, o sincretismo no Brasil adquiriu o caráter de outra religião. Alguns guardavam o sábado pelo amor de Nossa Senhora e outros guardavam os dois dias: sábado e domingo. Passavam de uma religião para outra cada vez mais confusos, até que, por fim, foram presos, levados para Portugal, acabando seus dias desequilibrados ou mendigando. (NOVINSKY, 2019, p. 91)

O sincretismo resultante dessa hibridização que o marrano passou atingiu diversas nuances na sociedade colonial brasileira e era também uma marca do marranismo desse contexto, uma nova crença surgia de dentro de outra e isso muitas vezes ocorria até mesmo sem a compreensão dos agentes. Um exemplo desse fenômeno foi de Tereza Paes de Jesus, que achava que Jesus Cristo e Moises eram a mesma pessoa e que a rainha Ester era Maria. Cria que a lei de Moises e de Cristo eram as mesmas e que na hóstia consagrada quem estava sendo representado ali era Moises a quem ela acreditava ser Deus, filho da rainha Ester. Tereza acabou por ser condenada pela inquisição em 16 de junho de 1720 e morreu na fogueira não pelo crime de judaísmo, mas por “teimosia”, “impenitência” e “ingenuidade”<sup>28</sup>. Burke (2010) define esse processo como resultante da afinidade ou convergências que podem existir entre figuras de tradições diferentes. Essa história narrada por Novinsky (2019) mostra como uma nova identidade se formou dentro da

---

<sup>28</sup> NOVINSKY, Anita. **Viver nos tempos da inquisição**. 2019, p. 91.

mente desses indivíduos e como esses e outros sincretismos embaralhavam os marranos, que se apropriavam de diversas práticas, ou para se protegerem ou também como um resultado do ambiente multicultural que viviam na colônia.

Ao estudarmos isso, a história cultural através de Roger Chartier em seu livro *A história cultural entre práticas e representações* (2002) traz diversas contribuições para que possamos entender os conceitos de apropriação e de representações no âmbito social e da cultura. Ao mesmo tempo, esses sincretismos se tornavam uma marca nas suas novas vidas e eles mesmos sentiam isso ao dizerem que não eram “nem cristãos nem judeus, mas cristãos-novos com a graça de Deus”<sup>29</sup>. Em outra análise, ainda nessa questão de mistura de crenças observamos como os iletrados vão confundir algumas festas judaicas com a de santos católicos. Novinsky (2015) também demonstrará que os cristãos-novos vindos de Portugal buscarão preservar algumas das principais festas do judaísmo, como a guarda *Shabat*, a comemoração do *Yom Kipur* o dia do perdão, além de alguns jejuns e outros ritos.

Muitas vezes as crenças marranas se aproximavam mais de um deísmo ou panteísmo e a influência do racionalismo secular acabou se sobrepondo a crença da antiga religião que, muitas vezes, alcançava até os extremos do ateísmo (NOVINSKY, 2019). O marranismo estava sempre entre a crença e a descrença e se adaptou dentro da realidade colonial, Novinsky (2015) enfatiza que a inquisição não dava brecha para nenhum tipo de interpolação ou qualquer opinião contra a ortodoxia católica, a exemplo da discursão da imortalidade da alma ou defender o casamento de clérigos; era considerado nos autos como “judaísmo”, inclusive alguns cristãos-novos que nunca sequer demonstraram alguma proximidade aos ritos judaicos foram mortos acusados de judaísmo, unicamente por expressar tais opiniões. Isso revela o caráter antissemita que a inquisição tinha, os abusos cometidos por essa instituição demonstram que o acusado não morria unicamente pelo seu criptojudaísmo ou por alguma relação com a religião judaica, mas sim pelo marrano ser “judeu”, sobre isso Anita Novinsky complementa:

À semelhança do nazismo, os convertidos eram vistos como perigosos, pois ameaçavam os puros com contágio, razão pela qual sempre foi discutida a sua identificação pelo uso de um sinal visível. Durante séculos, os judeus foram obrigados a usar a marca da estrela de David nas roupas exteriores. Em tempos de Inquisição, os penitenciados deviam colocar por cima das vestes uma túnica

---

<sup>29</sup> NOVINSKY, Anita. **Viver nos tempos da inquisição**. 2019, p. 82.

com marcas de fogo que, depois, eram colocadas nas portas das igrejas para perpetuar em seus descendentes a sua infâmia. (NOVINSKY, 2019, p. 12)

O próprio Padre Antônio Vieira denunciou os abusos da Inquisição ao Papa Inocêncio XI, ao afirmar que a igreja de Portugal matava cristãos-novos inocentes<sup>30</sup>, ele mesmo havia sido prisioneiro do Santo Ofício e sabia por dentro como era a ação dos inquisidores. Em relação a Vieira, Anita escreveu:

A sua luta a favor dos “injustiçados” foi tão fervorosa, tão acusatória e tão agressiva que seus superiores passaram a desconfiar que tivesse algum antepassado judeu. A suspeita de sua descendência Judaica aparece nos motins da Universidade de Coimbra e persiste mesmo no fim de sua vida, na Bahia, já idoso ao quebrado quando recebeu a notícia de que tinha sido oficialmente chamado de judeu. (NOVINSKY, 2021, p. 7)

Não havia uniformidade nas crenças dos cristãos-novos, o que vai ocorrer é uma repugnância pela idolatria, pelo fanatismo, pelos dogmas e pela intolerância da igreja, e isso levará a uma luta dos marranos no Brasil contra o catolicismo, algo que se manifestará por duas correntes: o criptojudaísmo e o ceticismo. Desse modo, essa questão bem demonstra que o marranismo em si não era um movimento único, mas que era multifacetado (NOVINSKY, 2015, 2019). Uma das dificuldades que Novinsky (2015) cita em sua obra é que é muito difícil nós sabermos quem era ou como se dava a situação desses marranos agnósticos e ateus, pois qualquer dissimulação, heresia ou opinião cética dos condenados que consta nos documentos da inquisição era sempre considerada como “judaísmo”.

Com o advento do milenarismo na Europa no século XVII, a mentalidade marrana também irá ser influenciada; o Brasil passará a ser o refúgio certo desses indivíduos que inclusive formaram movimentos e sociedades secretas, onde se encontravam e se reconheciam por códigos indecifráveis para outras pessoas (NOVINSKY, 2015). Eles se tornaram párias, ou seja, aqueles que estavam a margem da sociedade e eram excluídos do convívio social. Entretanto, em relação a isso existe uma dualidade, pois apesar da sociedade colonial os excluir, eles também viviam e eram reconhecidos como “homens de negócio”, esse termo os situava dentro daquele contexto, mas ao mesmo tempo isso gerava neles um sentimento dúbio como Novinsky bem coloca:

Viviam assim, em dois Mundos: um verdadeiro e um fictício. Essa contradição produziu nos conversos um sentimento dúbio de amor e ódio. Queriam fazer parte do todo, mas abominavam a religião cristã, pois a identificavam com a

---

<sup>30</sup> NOVINSKY, Anita. **Os Cristãos-novos no Brasil colonial: reflexões sobre a questão do marranismo.** 2001, p. 75.

Inquisição, uma vez que o próprio Bispo era o inquisidor-geral. Carregavam um sentimento de culpa em relação tanto ao judaísmo quanto ao catolicismo. (NOVINSKY, 2015, p. 117)

Essa culpa sentida pelos conversos os levavam a se angustiarem e sofrerem, Novinsky (2015) cita Michael Abensour que ao estudar Spinoza resumiu esse fenômeno no termo “*fluctuatio animi*” ou “alma flutuante”, isso significa o sentimento conflituante dentro do indivíduo que o leva a não saber o que odeia ou o que ama e a não saber o que quer. Inclusive, é difícil entender o mundo em que viviam os marranos, pois essa “cultura do segredo” era um estilo de vida na sociedade, onde todos eles viviam inseguros e dissimulavam suas ações. Assim, o marranismo acabou se tornando uma religião de intimidade e camuflagem, uma combinação de pensamentos e ações (NOVINSKY, 2015). Ao contrário do que a Igreja defendia, a mentalidade marrana se expressava unicamente na via de ver a realidade material como a única que o homem deveria se importar. A filosofia de Baruch Spinoza muito se aproxima a esse pensamento:

(...) na filosofia de Spinoza, encontramos a ideia marrana de razão humana como critério de conhecimento, bem como sua absoluta confiança no homem. A posição incondicional de Spinoza contra todas as formas de dogmatismo e de submissão à autoridade era um desafio para dar ao homem sua dignidade, como ser humano, e, nesse sentido, expressava a mentalidade de muitos marranos. (NOVINSKY, 2001, p. 74)

Podemos considerar o cristão-novo como precursor do homem secular. Muitos desses não se importavam com o mundo além, ou a salvação de suas almas, eles viviam com o lema do “aqui e o agora” (NOVINSKY, 2015). Eles aprenderam a se adaptarem a suas vidas nas situações adversas e no considerado mundo profano, concentrando-se na realidade visível. Os seus descendentes adentravam em um mundo confuso, o qual eles não sabiam dizer o que eram ou a quem pertenciam. Eles “eram judeus para os cristãos e cristãos para os judeus, e o estigma acabou sendo assumido como objeto de orgulho” (NOVINSKY, 2015, p. 122). Alguns dos marranos até que desejavam continuar na religião judaica e tal retorno foi possível durante o domínio holandês no Brasil no século XVII, quando a liberdade religiosa foi considerável; entretanto, alguns não conseguiam mais aceitar a ortodoxia do judaísmo rabínico. Por essa razão, muitos deles buscaram ficar a uma distância crítica de todo tipo de dogma religioso, seja ele de onde fosse e decidiram-se viverem em seus próprios mundos em suas próprias realidades e mantendo vivas suas visões naquilo que eles mesmos consideravam importante.

### 3.4- Heranças do marranismo: o criptojudaísmo nas famílias

Anita Novinsky e também outros pesquisadores não deixam de fora a herança marrana nos costumes, principalmente do nordestino que procurou preservar muito das tradições que recebeu dos antigos sem se dar conta da origem de suas práticas. Apesar de Novinsky trazer uma noção sobre o marranismo para além do criptojudaísmo, como já falado no decorrer do capítulo, ela também destaca como os costumes foram de suma importância para a manutenção da identidade de muitos que buscavam viverem suas vidas como judeus, apesar de serem nominalmente cristãos:

(...) houve uma facção dos cristãos-novos que construiu uma segunda vida e viveu por três séculos em um universo fechado, praticando em absoluto segredo a religião judaica. Durante gerações transmitiram a fé judaica aos seus filhos e enfrentaram a miséria, a tortura e a morte, resistindo à assimilação ao cristianismo. (NOVINSKY, 2019, p. 10)

Em relação a isso, atualmente a historiografia tem buscado resgatar o estudo dessa identidade como a socióloga Neide Miele sintetiza:

A identidade judaica perdida na historiografia brasileira, sobretudo a nordestina, está sendo agora recuperada. A memória assim valorizada não aceita o desenraizamento das origens e busca uma outra via para os desdobramentos do movimento migratório dos primeiros cristãos-novos chegados ao Brasil desde o século XVI. (MIELE, 2008, p. 539)

E ela ainda acrescenta:

Atualmente existe uma verdadeira explosão de trabalhos que trazem à luz do dia uma realidade que estava há muito escondida nos subterrâneos da cultura. É cada vez maior a quantidade de brasileiros, sobretudo de nordestinos, que descobre sua origem judaica, incluindo acadêmicos e pesquisadores que se sentem com pro me - tidos com o tema e que estão dispostos a fazer dele seu objeto de estudo. (MIELE, 2008, p. 539)

Tendo isso em vista, esse resgate que a historiografia tem procurado fazer traz luz para que possamos entender esse contexto obscuro que os marranos passaram e compreender como aqueles que quiserem se manter judeus buscaram preservar seus costumes dentro de seus lares. Após a reconquista de Portugal sobre o nordeste brasileiro, o judaísmo se manteve muito forte na vida privada, principalmente para aqueles que após a conquista holandesa quiseram voltar para sua antiga fé. Nesse sentido, Novinsky (2015) destaca a importância que a mulher tem nesse contexto, pois desde os primeiros momentos de perseguição ainda na Península Ibérica elas preservaram os costumes no íntimo de seus lares, sempre eram elas que acendiam as velas do Shabat e que estavam à

frente da organização de alguns ritos e festas, propiciando uma condição de destaque à figura feminina na preservação do judaísmo nos lares.

Ademais, a mudança de nome e sobrenome foi muito comum desde a diáspora dos judeus de Portugal; sobrenomes como Oliveira, Rocha, Albuquerque, Costa, Pereira, Almeida, Silva, entre outros foram adotados por muitos judeus que viviam no Brasil colonial, como uma maneira de se protegerem da perseguição do governo português e da Igreja Católica, hodiernamente muitos genealogistas e historiadores como Guilherme Faiguenboim, Paulo Valadares e Anna Rosa Campagnano tem pesquisado arduamente a origem de alguns sobrenomes e tem constatado uma herança comum aos cristãos-novos fugidos da Península Ibérica, inclusive a obra *Dicionário Sefaradi de Sobrenomes* (2020), feita por esses pesquisadores é uma excelente fonte de pesquisa para entender esse contexto. Também é importante citar a influência cultural desse povo sobre o interior da Paraíba, Novinsky (2015), por exemplo, fala que a Paraíba apresenta uma história intimamente ligada ao judaísmo e que a partir do século XVI a se transformou em uma “terra de judeus”, ainda segundo a autora o judaísmo nesse estado se manifestava através de dois modelos, os que praticavam alguns ritos e cerimônias da religião e os que carregavam o sentimento de pertencer. Anita Novinsky também enfatiza que desde cedo os paraibanos apareceram com suspeitas de práticas judaizantes e que a inquisição havia sido mandada para a província para fiscalizar essa situação. O historiador Ronaldo Vainfas também destaca a formação de uma comunidade independente de cristãos novos ainda durante o domínio holandês;

O historiador Bruno Feitler reuniu diversos dados sobre a presença dos judeus na Paraíba, durante o domínio holandês, admitindo que ao menos se esboçou, ali, “a formação de uma comunidade independente”, no final dos anos 1630. (VAINFAS, 2010, p. 130-131, grifo do autor)

Muitos marranos irão para o interior com o objetivo de se protegerem da perseguição e preservarem seus costumes, essa herança se manteve viva na memória dos seus descendentes. No interior é comum observarmos certas práticas que remontam ao passado colonial, como já dito antes, muitos desses judeus se tornavam cristãos e com o passar do tempo iriam se esquecendo de sua origem judaica, muitos tornavam-se católicos e pouco sabiam de sua herança judia, mas ainda assim, carregavam consigo marcas ainda presentes que apontavam para as tradições dos antigos. Como bem explicitado pela pesquisadora e socióloga Neide Miele em seu artigo “*Velhos “cristãos-novos” no sertão paraibano*” (2008), algumas frases, expressões e ritos se remetiam diretamente aos

judeus, a exemplo da expressão “pensar na morte da bezerra”, que se entendia como um jogo de palavras usado pelos judeus remetendo-se a Torá, usando isso o termo “toura” como feminino de touro, daí vem a palavra bezerra, outro costume comum era passar a mão na cabeça de alguém como uma maneira de perdoar e abençoar, algo que vinha também do judaísmo.

Além do mais, Miele (2008) fala da origem da palavra “Seridó” que vem também de um termo hebraico, significando “*sarid*” ou “*serid*”, que fazia referência a um lugar de refúgio, provavelmente remetendo-se ao interior como um refúgio contra a perseguição; outro costume muito comum vindo do judaísmo é “pedir a bênção” aos mais velhos, que remonta a benção sacerdotal dado pelos pais aos filhos em ocasiões como o Shabat ou Ano Novo; mais uma superstição que tem origem judaica é que apontar para as estrelas faria crescer verrugas nos dedos, isso faz referência ao costume judaico de guardar o Shabat que começava desde o aparecimento da primeira estrela na noite da sexta-feira e algumas crianças costumavam apontar para o céu em referência da primeira estrela que aparecia na noite da sexta, e isso poderia levantar suspeitas por parte dos inquisidores e da população em geral; com isso, os adultos falavam que apontar para a estrela faria com que surgisse verrugas, como uma maneira de evitar que alguém apontasse para ela.

Ademais, Miele (2008) ainda enfatiza outros ritos que se mantiveram e se perpetuaram na cultura local. Eram eles ritos domésticos, alimentares e de higiene, comuns por parte dos judeus e dentre eles é importante citar os alimentares. Alguns desses costumes se remetiam a não comer carne de porco, peixes de couro, moluscos e crustáceos ou qualquer outro animal proibido pela Torá, bem como, não se podia comer sangue e o leite deveria ser ingerido no intervalo de três horas. Outro costume muito comum ainda no interior é abater o animal através do sangramento do mesmo pelo pescoço até estar livre de todo o sangue. Um rito bastante comum na vida judaica é o de higiene, um exemplo disso é quando se limpava a casa as sextas-feiras antes do Shabat e varria-se a sujeira da porta da frente até a porta de trás da casa e nunca ao contrário, costume muito comum ainda nas casas de muitos do Nordeste, que se remete a prática judaica de não passar a sujeira pela porta em respeito à Mezuzah, que ficava pendurada nos umbrais das portas. Os ritos funerários também tiveram bastante influência dos judeus, que enterravam o corpo do indivíduo envolto em uma mortalha e que antes o corpo deveria ser lavado com água trazida em um recipiente novo e nunca usado.

Alguns dos costumes citados acima ainda são comuns no interior nordestino, isso é bem explicitado no documentário “*A ESTRELA oculta do sertão*” (2005)<sup>31</sup>, dirigido por Luize Valente e Elaine Eiger e também com ampla participação da historiadora Anita Novinsky. Essa produção demonstra o quanto os descendentes desses judeus fugitivos da perseguição ainda preservaram os costumes e ritos de seus antepassados, mesmo sem ter ideia desse passado sombrio que eles viveram. Um dos exemplos citados no documentário é de Leonardo Oliveira, um morador do interior da Paraíba da cidade de Tenório; ele fala que teve uma educação católica desde o berço, seus pais e grande parte de sua família eram cristãos, entretanto, notava certos costumes que seus parentes faziam e isso o instigou a analisar mais a fundo, foi a partir daí que ele procurou alguns relatos sobre seus antepassados, e uma das histórias que ele descobriu foi do bisavô dele, segundo a tia de Leonardo, ele costumava ficar do lado de fora de casa nas sextas-feiras esperando a primeira estrela surgir no céu, quando ela aparecia ele e toda sua família se juntavam para jantar, se acendiam as velas e o avô dele ficava cantando versos em uma língua desconhecida para os demais (LUIZE VALENTE, 2015).

Adicionalmente, temos também o exemplo de Dona Cabocla e sua família, residentes no interior do Rio Grande do Norte, eles relatam certos costumes que eles haviam adquirido dos seus ancestrais, como varrer da frente da casa para trás e nunca o contrário, pois se dizia que poderia levar as riquezas da casa, enterrar o morto em terra virgem e com mortalha e casar entre parentes. Essas e outras tradições marranos estavam entre eles, mas que não sabiam ao certo de onde vinham, apenas que os antigos tinham esses costumes e eles só reproduziam isso (LUIZE VALENTE, 2015). Outra história contada nesse documentário é da família Medeiros, residente em Natal-RN, eles são uma família de marranos retornados, ou seja, eles optaram por retornar a antiga crença de seus antepassados e prosseguir com a tradição judaica, fazem diversos rituais como a guarda do Shabat, e também só se alimentam de comidas que a Torá considera puras, além de preservarem cânticos e hinos da religião judaica em seu lar (LUIZE VALENTE, 2015).

Esses e outros relatos trazidos pelo documentário demonstram que apesar do tempo, as tradições marranas se mantiveram vivas nas famílias. O estudo desse processo possibilitou o redescobrimento dos descendentes desse povo e também abriu a

---

<sup>31</sup> Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=gM53ECPiMkg&t=2927s&ab\\_channel=LUIZEVALENTELivros%26Filmes](https://www.youtube.com/watch?v=gM53ECPiMkg&t=2927s&ab_channel=LUIZEVALENTELivros%26Filmes) Acesso: 05 set. 2023

oportunidade desses herdeiros voltarem a religião de seus ancestrais, algo que aconteceu com Leonardo e também com a família Medeiros. A importância de estudarmos o criptojudaísmo vindo do período colonial se faz necessária, pois somente com essa pesquisa podemos entender a formação da mentalidade do brasileiro, sobretudo, das heranças culturais do Nordeste do Brasil.

Isso posto, observamos o quanto a cultura brasileira também foi influenciada pelos costumes judaicos, a maneira com que esses judeus procuraram se proteger da perseguição serviu para que a marca deles se mantivesse viva por gerações; suas práticas e ritos tinham um significado muito grande para eles, ali residia sua identidade como povo e sua preservação desde a diáspora da Península Ibérica, como o historiador Michel de Certeau menciona: “Para que haja cultura, não basta ser autor das práticas sociais; é preciso que essas práticas sociais tenham significado para aquele que as realiza.” (CERTEAU, 1994, p. 142). Assim, o grande significado social e cultural que esses judeus tinham sobre seus costumes foi o principal motor para a preservação e prosseguimento desses ritos por gerações seguintes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho procurou pesquisar e revisar os escritos da Anita Novinsky no que tange a seus estudos sobre Inquisição e marranismo, pudemos observar diversos contextos os quais o povo judeu passou desde o período da diáspora até os dias de sua expulsão da Espanha no final do século XV. Essa jornada transcrita e estudada por tantos historiadores nos mostrou que para além das perseguições sempre vai existir resistências e sobrevivências. O ser marrano se transformou-se tendo como principal característica sua múltipla e ambígua identidade e isso marcou a mente desses indivíduos.

Ao analisarmos as contribuições que Novinsky fez para a historiografia da Inquisição observamos que existia e ainda existe muitas informações encobertas desse período sombrio, infelizmente muitos relatos e vivências foram apagadas e permanecem na obscuridade. Entretanto, apesar das dificuldades, o caráter epistemológico do historiador não pode ser negligenciado, pelo contrário, deve ser constante na pesquisa historiográfica, por esse motivo o corrente trabalho buscou, para além dos desafios, discutir toda a pesquisa que foi desenvolvida até o presente momento sobre os cristãos-novos se atendo a apresentar diversas fontes e discursões sobre esse tema.

Por essa razão, foi buscado na primeira parte do trabalho introduzir e apresentar Novinsky com o objetivo de explicitar suas influencias teóricas, sociais e também suas metodologias de trabalho. Além disso, mostrar a abrangência do estudo dos cristãos-novos não somente em suas obras, mas em outros autores que fazem parte de sua escola a exemplo de Ronaldo Vainfas, Daniela Levy, Lara de Mello e Souza e muitos outros que buscaram seguir pesquisas historiográficas nessa área da cultura, dos costumes e tradições.

Ademais, na segunda parte foi realizado uma ampla revisão bibliográfica e historiográfica de diversos autores com o objetivo de analisar o percurso histórico do povo judeu e localizar ao leitor o contexto onde o marranismo se formou. Para tal objetivo busquei trazer autores como o Simon Shama e o Bruno Pereira Barbosa que auxiliassem a entender a construção da mentalidade judaica desde a antiguidade, além disso, contextualizar a chegada dos judeus na Península Ibérica, seu momento de prosperidade, o início da repressão e expulsão deles da Espanha. Nesse momento de perseguição observamos o início da formação da mente marrana como um ponto de partida para

entender como se constrói a intelectualidade desse indivíduo no seu exílio nas terras do Novo Mundo.

Por fim, na terceira parte pudemos estudar o homem marrano e os conceitos desenvolvidos por Novinsky em relação a ele. Ela elabora um novo conceito o marrano como um “ser dividido”, ou seja, ele como um indivíduo cheio de ambiguidades e contradições dentro de si e isso como sendo causado pela perseguição inquisitorial que os suprimiu e os delegou a eles a marginalidade.

O marrano se tornou um ser excluído e a mente dele acabou por buscar formar uma nova identidade, ele buscou ser cristão para os cristãos e judeu para os judeus, quando na realidade ele não era nem um nem outro, esse conjunto de contradições e ambivalências formaram a personalidade marrana, esse ser híbrido sobreviveu a realidade colonial e gerou frutos para os dias hodiernos. Por esse motivo, ao compreender esse contexto, também entendemos o porquê de alguns costumes criptojudeus ainda prosseguirem em famílias do interior nordestino como heranças desses marranos como bem demonstrado no documentário *A Estrela Oculta do Sertão* (2005).

Diante do que foi exposto, estudar sobre os cristãos-novos possibilita abrir diversas perspectivas para novas pesquisas na história do Brasil, pois a formação da nação brasileira perpassa e se confunde com a jornada desse povo. Sendo esse um assunto tão vasto para se estudar acredito que ainda existe muito a se pesquisar sobre os marranos tendo também em vista que esse trabalho só é um recorte e que existe uma ampla pesquisa desenvolvida por Novinsky e outros historiadores nessa área. Com certeza, as realidades apresentadas por Anita Novinsky em suas obras abriram o caminho para que diversos pesquisadores também possam continuar com seu papel epistemológico e colocar a luz a um passado que a tempos esteve na obscuridade.

## REFERÊNCIAS

- BACCI, André Luiz. **Uma história do judaísmo na Península Ibérica: Pertença, Intolerância e Coerção**; revista Último Andar, n. 30, p. 138-163. 2017.
- BARBOSA, Isadora Regina Celso. **Representações das Mulheres Cristãs-Novas na Historiografia de Anita Novinsky (1978-2007)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, 2022.
- BARBOSA, Bruno Pereira. **O Tratado de San'hedrin: A Manutenção da Identidade Judaica no Talmude Babilônico**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, 2020.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Unisinos, 2010.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural – entre práticas e representações**, 2º edição, Lisboa: DIFEL, 2002.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12ª edição, São Paulo: Edusp, 2006.
- HOGEMANN, Raquel de Castro. **Marranismo: uma nova identidade no século XVIII, Usos do Passado'** — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ, p. 1-8. 2006
- KAYSERLING, Meyer. **História dos Judeus em Portugal**. Tradução de Gabriele Borchardt Corrêa da Silva e Anita Novinsky. São Paulo: Pioneira, 1971.
- LEWIS, Bernard. **Os Árabes na História**. 1º edição, Lisboa: Editora Estampa, 1983.
- LEVY, Daniela, **De Recife para Manhattan: Os judeus na formação de Nova York**. 1º edição, São Paulo: Editora Planeta, 2018.

MIELE, Neide. **Velhos “cristãos-novos” no sertão paraibano**, REVISTA LUSÓFONA DE CIÊNCIA DAS RELIGIÕES – Ano VII / n.º 13/14 – 539-552, 2008.

NOVINSKY, Anita. **Os judeus que construíram o Brasil: fontes inéditas para uma nova visão da história**. 1ª edição, São Paulo: Planeta do Brasil, 2015.

NOVINSKY, Anita. **A Inquisição**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

NOVINSKY, Anita. **Viver nos tempos da inquisição**. Brasil, Editora Perspectiva, 2019.

NOVINSKY, Anita. **A luta inglória do Padre Antônio Vieira**. 1ª edição, São Paulo: LVM Editora, 2021.

NOVINSKY, Anita. **Gabinete de investigação: uma “caça aos judeus” sem precedentes**. São Paulo: Humanitas, 2007.

NOVINSKY, Anita. **Cristãos novos na Bahia: 1624-1654**. São Paulo: Perspectiva. 1972

NOVINSKY, Anita. **Ser marrano em Minas colonial**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, n.º 40, p. 161-176. 2001

NOVINSKY, Anita. **Os Cristãos-novos no Brasil colonial: reflexões sobre a questão do marranismo**. Tempo, v. 6, n.º11, Rio de Janeiro, p. 67-75. 2001

NOVINSKY, Anita. **Um novo conceito de marranismo**. In: I Colóquio Internacional: O patrimônio judaico-português. Lisboa: Associação Portuguesa de Estudos Judaicos / Calouste Gulbekian, 1996.

NOVINSKY, Anita. **Das pesquisas sobre a Inquisição e os cristãos-novos no Brasil ao Museu da Tolerância da Universidade de São Paulo**. Entrevista concedida a: Anita Brumer e Marcia Dreizik. **WebMosaica** revista do instituto cultural judaico marc chagall v.3 n.2 (jul-dez) 2011.

PINSKY, Jaime. **As Primeiras civilizações**. 15. ed. São Paulo, SP: Atual, 1994.

POLIAKOV, Léon. **De Maomé aos Marranos**. Tradução de Ana M. Goldberger Coelho. São Paulo: Perspectiva, 1984.

ROTH, Cecil. **História dos Marranos**. Tradução de José Saraiva. Porto: Civilização, 2001.

ROCHA, Ivan E. **Dominadores e dominados na Palestina do século I**. - História (São Paulo), v. 23(1-2), p. 239-258, 2004

SARAIVA, Antônio José. **Inquisição e Cristãos-Novos**. Porto: Editorial Nova, 4ª Ed., 1969

SANCOVSKY, Renata Rozental. **Judeus e Conversos na Península Ibérica Hispano Visigoda: anti-semitismo e marranismo – século VII d.C.** Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHAMA, Simon. **A história dos judeus: À procura das palavras:1000 a. C - 1492 d. C** / Simon Schama; tradução: Donaldson M. Garschagen - 1ªed. - São Paulo: Companhia das letras, 2015.

VAINFAS, Ronaldo. **Intolerância em perspectiva**. Revista USP, n. 72, p. 190-198, 2007.

VAINFAS, Ronaldo, **Jerusalém colonial: judeus portugueses no Brasil holandês**. 1ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011

YOVEL, Yirmiyahu. **The Other Within: The Marranos: split identity and emerging modernity**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

### Sites

CARNEIRO, Maria Tucci. **Escola Novinsky: o legado de Anita**. Jornal da USP. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/escola-novinski-o-legado-de-anita/>. Acesso em: 22 set. 2023.

DUPUIS, Jean-Claude. **A defesa da Inquisição por um PHD em História**. Apologistas Católicos. Disponível em: <https://www.apologistascatolicos.com.br/index.php/idade-media/inquisicao/860-a-defesa-da-inquisicao-por-um-phd-em-historia>. Acesso em: 20 out. 2023.

NOVINSKY, Anita Waingort. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 19 jan. 2018. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6147908319067580>. Acesso em: 18 dez. 2023.

VATICANO abre seus arquivos da Inquisição. **Folha de São Paulo**, 1998. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft230113.htm#:~:text=S%C3%A3o%20Paulo%2C%20sexta%2C%2023%20de%20janeiro%20de%201998.&text=O%20Vaticano%20abriu%20ontem%20para,Livros%20Proibidos%22%20pela%20Igreja%20Cat%C3%B3lica>. Acesso: 20 out. 2023

### **Vídeo**

LUIZE, Valente. A ESTRELA OCULTA DO SERTÃO | Luize Valente e Elaine Eiger. YouTube, 15 de novembro de 2015. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=gM53ECPiMkg&t=1937s&ab\\_channel=LUIZEVALENTE](https://www.youtube.com/watch?v=gM53ECPiMkg&t=1937s&ab_channel=LUIZEVALENTE) [Livros%26Filmes](#). Acesso em: 20 out. 2023.